

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA

WINIE VASCONCELOS SIQUEIRA

TECENDO FIOS DE SOLIDARIEDADE: UMA EXPERIÊNCIA COM MULHERES DO
ASSENTAMENTO RIO BONITO, DE CAVALCANTE - GO

PLANALTINA – DF

2014

WINIE VASCONCELOS SIQUEIRA

**TECENDO FIOS DE SOLIDARIEDADE: UMA EXPERIÊNCIA COM MULHERES
DO ASSENTAMENTO RIO BONITO, DE CAVALCANTE - GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental, como requisito à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Orientadora: Professora Doutora Regina Coelly
Fernandes Saraiva

Planaltina – DF

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Vasconcelos, Winie SIQUEIRA
TECENDO FIOS DE SOLIDARIEDADE: UMA EXPERIÊNCIA COM
MULHERES DO ASSENTAMENTO RIO BONITO, DE CAVALCANTE – GO
(2014).

Monografia – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. Curso de
Bacharelado em Gestão Ambiental, 2014. Orientação: Prof. Dr. Regina Coelly.

1. Assentamento Rio Bonito 2. Economia Solidária 3. Gênero 4. Meio Ambiente

Vasconcelos, Winie Siqueira.

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Planaltina – FUP
Curso de Gestão Ambiental

WINIE VASCONCELOS SIQUEIRA

**TECENDO FIOS DE SOLIDARIEDADE: UMA EXPERIÊNCIA COM MULHERES
DO ASSENTAMENTO RIO BONITO, DE CAVALCANTE - GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – Faculdade de Planaltina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientadora: Professora Doutora Regina Coelly Fernandes Saraiva

Banca Examinadora:

Professor Doutor Irineu Tamaio – Orientador FUP/UnB

Professora Doutora Tânia Crista Cruz – Membro FUP/UnB

Professora Doutora Regina Coelly Fernandes Saraiva – Membro FUP/UnB Brasília,

Brasília, 27 de agosto de 2014

A minha avó,
Terezinha de Jesus;
a minha mãe, Maria José;
a minha irmã, Rebeca.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores de Rio Bonito, que se tornaram meus professores e amigos.

À professora orientadora Regina Coelly e aos estimados professores Irineu Tamaio, Tânia Cristina, Mônica Celeida, Philippe Pomier Layrargues, Paulo Brito e Vicente Elias Bernardi, que foram tão importantes para a realização deste trabalho e para minha trajetória acadêmica.

A minha avó Terezinha, minha mãe Maria José e minha irmã Rebeca, raízes de mim.

A meu pai, Paulo Siqueira, que me incentiva a viver em completude.

A Angela Velasco, amiga de todas as horas e companheira nos árduos desafios da trajetória em Rio Bonito e na Universidade.

A Neri Vitor, querido amigo que tanto contribui para as atividades da pesquisa.

A Gabriela Braga, que me acompanhou nas primeiras trilhas nos morros de Rio Bonito e nas primeiras linhas da pesquisa.

Ao Instituto Sociedade População e Natureza, pelo valioso estímulo.

“Tudo que criei,
imaginei e defendi
nunca foi feito.
E eu dizia como ouvia
a moda de consolo:
Nasci antes do tempo.”
Cora Coralina

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada constrói-se a partir do objetivo de incentivar a organização socioprodutiva das mulheres do Assentamento Rio Bonito, em Cavalcante – GO, em associação ao uso sustentável do Cerrado e a Economia Solidária. Com o referencial metodológico da *Pesquisa-Ação* e com a utilização de ferramentas do *Diagnóstico Rural Participativo*, buscou-se compreender a realidade social e ambiental e intervir de forma prática na resolução de problemas. As ações seguiram três eixos centrais: Incentivo à cooperação e capacitação para produção de artesanato; Reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais do Cerrado no uso dos remédios do mato; Aprendizado e articulação para fortalecer o uso das sementes crioulas. Como orientação teórica na condução da prática, foram aprofundadas as categorias de gênero, meio ambiente, economia solidária e sustentabilidade. Foi estimulado o trabalho coletivo para a troca de técnicas para produção artesanal de bolsas de palha de milho, com o apoio de artesãs na realização de oficinas; o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais no uso medicinal do Cerrado e no trabalho das parteiras, com uma visita a *parteira* e *raizeira* Dona Flor, no povoado de Moinho, em Alto Paraíso - GO; a valorização das sementes crioulas e a participação na Feira de Sementes e Mudanças de Alto Paraíso – GO. As discussões de gênero aconteceram de forma transversal nas atividades e também em momentos específicos. A formação de um grupo de mulheres pelo incentivo ao trabalho coletivo foi um resultado significativo, que contribuiu para o fortalecimento da união e solidariedade. Elas passaram a compartilhar técnicas artesanais, sementes, conhecimentos sobre o Cerrado e sobre saúde feminina e histórias de vida, diversificando e ampliando práticas produtivas e culturais.

Palavras-chave: Assentamento Rio Bonito. Economia Solidária. Gênero. Meio Ambiente.

ABSTRACT

This research is built on the objective of encouraging a socio-productive organization of women from the “Rio Bonito” settlement, in Cavalcante - GO, in association of the sustainable utilization of “Cerrado” and the Solidarity Economy. By the methodology of Action Research and with the tool of Participatory Rural Diagnostic, was intended to comprehend the social and environmental reality and intervene with the resolution of problems. The formation of a group of women by encouraging collaborative work is a significant result, which contributes to strength the union and solidarity among women, with actions that have three central axes: Incentive of cooperation and learning for the production of handicrafts; Recognition and valorization of the traditional knowledge of the “Cerrado” in the production and use of homemade remedies; Learning and articulation to strengthen the use of “crioulas” (natives) seeds. To conduct the practice, were deepened the theoretical categories of gender, environment, solidarity economy and sustainability. It was stimulated the collective work for the artisanal production; The recognition of the importance of traditional knowledge in the medicinal use of the *Cerrado* and in the work of the “*parteiras*” (*traditional midwives*); The valorization of the “crioulas” seeds and a participation in the Seminar and Seedlings Fair of Alto Paraíso - GO. The gender discussions took place in a transversal way in the activities and at specific moments. The group of women begun to recognize themselves as a collective and opened space to share techniques and knowledge about the Cerrado, women's health ad life stories, diversifying and expanding productive and cultural practices.

Keywords: Rio Bonito Settlement. Solidarity Economy. Gender. Environment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO	14
2.1 O Cerrado no Assentamento Rio Bonito	16
2.2 Histórico do Assentamento Rio Bonito	16
3. METODOLOGIA	18
4. O UNIVERSO TEÓRICO NA ORIENTAÇÃO DA PRÁTICA	22
4.1 Relações de Gênero, desenvolvimento rural e meio ambiente.....	22
4.2 Gênero e Meio Ambiente: categorias complementares.....	26
4.3 Economia, solidariedade e desenvolvimento	29
4.4 Compreensões de sustentabilidade na economia solidária	34
5. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E RESULTADOS	37
5.1 Trabalho, produção e renda sob a perspectiva de gênero.....	40
5.2 Incentivo socioproductivo ao artesanato, aos remédios do mato e ao uso das sementes crioulas.....	51
5.3 Mapeando e reconhecendo os saberes tradicionais – “O Posto de saúde é no Cerrado”	53
5.4 As sementes crioulas e a feira de trocas	55
6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS	67

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Proteção Ambiental

ASPASO - Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Rio Bonito

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FUP – Faculdade UnB de Planaltina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISPN - Instituto Sociedade, Populações e Natureza

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU – Organização das Nações Unidas

PRA – Projeto de Recuperação de Assentamento

PRONAF - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

RL – Reserva Legal

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNB – Universidade de Brasília

1 INTRODUÇÃO

O Assentamento Rio Bonito, também chamado de Órfãos, localiza-se em Cavalcante – GO, em uma região onde o Cerrado ainda preservado potencializa formas sustentáveis de uso dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, a exploração madeireira no local, acompanhada da prática de pecuária extensiva, com a abertura de pastagens e a prática de queimadas, deixa marcas de degradação evidentes. A visão de desenvolvimento fortemente associada à expansão da fronteira agrícola no Cerrado, somada à falta de acesso a políticas públicas para o fortalecimento da cidadania e à falta da efetiva implementação da reforma agrária, contribuem para uma gradual erosão cultural, exclusão social e degradação ambiental no lugar.

Em Rio Bonito, inexistente energia elétrica e serviço público de saúde, a Escola só vai até o sexto ano, é pouco o acesso a linhas de crédito para produção rural, e as péssimas condições das estradas de terra que conectam o lugar com a cidade de Cavalcante inviabilizam o acesso. A produção é voltada principalmente para subsistência e a renda é dependente de auxílios do governo. Além disso, o relevo ondulado da região não favorece atividades agrícolas mecanizadas na maior parte da área.

De forma geral, os moradores estão insatisfeitos com a atuação do governo, céticos em relação a possíveis mudanças, e cansados de trabalhar, de despender grandes esforços para obtenção de poucos resultados. Apesar do desgaste, a população de Rio Bonito está aberta a alternativas econômicas para geração de renda e permanência no campo. Muitos já participaram de cursos de agrofloresta, artesanato, criação de animais e produção orgânica. Neste sentido, as mulheres possuem um histórico de destaque, com esforços para se organizarem e produzirem por vias alternativas para a superação da pobreza.

São característicos os conhecimentos e práticas tradicionais no lugar, sendo que esses conhecimentos e práticas estão em uma estreita relação com o uso do Cerrado. Antigas raizeiras e parteiras da região transmitiram os conhecimentos por gerações, e hoje as mulheres continuam protagonistas no conhecimento das propriedades curativas das ervas e árvores e na produção de remédios, importantes para o cuidado da saúde de si e da família. A dedicação à família é parte de uma jornada intensa de trabalho, acompanhada das atividades na lavoura, quintal e cuidado dos animais. Ainda assim, “o desconhecimento da especificidade que marca a contribuição das mulheres favorece a subestimação das suas atividades na família e no espaço produtivo, acentuando a ideia da invisibilidade” (Rua e Abramovay, 2000, p. 30).

A proposta deste trabalho foi moldada a partir da descoberta da trajetória das mulheres do lugar, seus esforços e potenciais para superar a exclusão social. Neste sentido, o objetivo foi incentivar a organização socioprodutiva das mulheres, em associação ao uso sustentável do Cerrado e à Economia Solidária.

Os objetivos específicos foram reconhecer a importância das relações de gênero e compreender os papéis e funções atribuídos culturalmente às mulheres do Rio Bonito, para que se pudesse discutir e combater possíveis assimetrias; identificar os saberes femininos e como eles influenciam a economia local; buscar articulação com organizações e parceiros que pudessem contribuir no fomento à economia solidária com o grupo de mulheres a partir das potencialidades locais.

Este trabalho iniciou-se com a realização de um projeto de pesquisa-ação com toda a comunidade do assentamento, com o estímulo financeiro do edital Florelas: Projeto Elos Eossociais entre as Florestas Brasileiras, do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, de Brasília. Desde os primeiros encontros com os moradores, as mulheres se mostraram motivadas e sensíveis à construção de uma iniciativa conjunta para a organização socioprodutiva com a abordagem ambiental e solidária. Foi estimulada a formação de um grupo de mulheres, com ações que seguiram três eixos centrais: incentivo à cooperação e capacitação para produção de artesanato; reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais do Cerrado no uso dos remédios do mato; aprendizado e articulação para fortalecer o uso das sementes crioulas.

Nos anos anteriores ao projeto, elas participaram de diversas capacitações e oficinas, que motivaram a formação de um grupo para produzir e comercializar bolsas de palha de milho e artesanato com bucha vegetal, mas o grupo foi desfeito ao encontrar problemas de gestão e comercialização. Paula (2000) indica que são desafios a implantação de uma gestão profissional e a ruptura com a dependência de terceiros para o funcionamento das iniciativas. Contudo, os prazeres dessa experiência motivaram a retomada do trabalho em grupo, como conta Alvina Pereira Lopes: “é bom na hora que está com a turma, fica tudo animado, mas quando fica uma só, desanima”.

2 DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

Cavalcante é um dos oito municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros, localizado no nordeste do estado de Goiás. É vizinho de Alto Paraíso e Teresina de Goiás. Compõe a reserva da Biosfera Goyaz, título provindo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por sua importância como patrimônio natural mundial. Além do vasto Cerrado praticamente intacto, a região abriga importante patrimônio histórico cultural em comunidades tradicionais quilombolas – o povo Kalunga, que habita os vales e morros característicos do norte e nordeste goiano. Nas comunidades tradicionais da Chapada, as práticas produtivas possuem forte vínculo com o Cerrado; a organização do trabalho dá-se na agricultura de subsistência e no extrativismo de frutos, folhas, raízes, entrecasca e casca das plantas do Cerrado (RIGONATO e ALMEIDA, 2003, p.12).

De acordo com o IBGE (2014), Cavalcante tem 9.392 habitantes, e é o maior município em extensão da Chapada, com 6.954 km². Mais de 60% de sua área está inserida no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Seu IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) é baixo: 0,584. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a longevidade, com índice de 0,808, seguida de renda, com índice de 0,595, e de Educação, com índice de 0,415 (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010).

Albuquerque (1998) descreve o processo de ocupação da Chapada dos Veadeiros, que se inicia pelas vantagens ambientais resultantes do acidente geográfico do vale do rio São Bartolomeu. Nele se forma um corredor natural de biodiversidade entre os ecossistemas quentes do vale amazônico do Paranã e os ecossistemas temperados da chapada, e se conectam as comunidades do Vão da Chapada, de um cenário ideal para a instalação de fazendas policulturais. Assim se originou um processo de formação e desenvolvimento de comunidades sertanejadas, que mantinham certo isolamento da urbanidade devido ao distanciamento do eixo viário que se dirigia a São Paulo. Em 1749 foi elaborado o primeiro mapa da Capitania de Goiás, pelo cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina, contratado pelo Marques de Pombal e a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, com o nome de Chapada de Cavalcante (COSTA, 2011). Cavalcante foi a primeira cidade edificada na região, e durante duzentos anos foi a sede político-administrativa regional.

A procura por desenvolvimento no interior do país, com a integração do Sul e do Sudeste com o Norte e Nordeste, a partir de 1960, reconfigura a ocupação do território com o avanço da fronteira agrícola e o pacote tecnológico da revolução verde. Campos e Valente (2009) afirmam que esse processo de modernização tecnológica da agricultura se abateu sobre os negros da Comunidade Kalunga e outros núcleos caracterizados pela agricultura familiar, em um processo gerador de despovoamento do espaço rural, desigualdades sociais, concentração de renda e grandes prejuízos a biodiversidade local.

O Assentamento Rio Bonito / Órfãos está a 45 km da sede de Cavalcante. O Assentamento surgiu da desapropriação da Fazenda Órfãos e da Fazenda Santaninha pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Os primeiros contratos com moradores foram homologados em 2001, mas o projeto de assentamento existe desde 1998. Mais antiga ainda é a ocupação de muitos moradores na área, que nasceram e permanecem ali. São 78 propriedades que individualmente possuem, em média, 47 hectares e estão distribuídas entre três rios: o principal, que dá nome ao lugar, o Santaninha e o Santo Antônio.

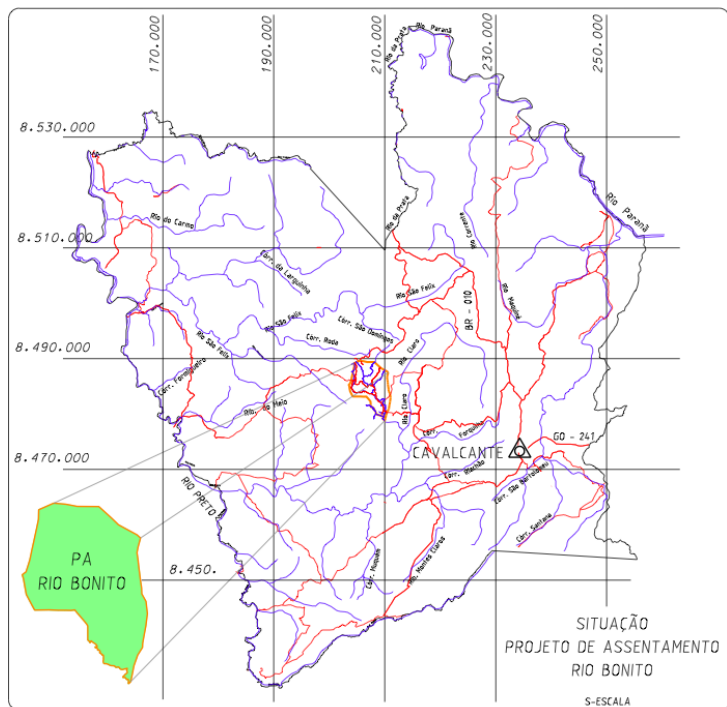


Figura 1 – Situação do Assentamento Rio Bonito em Cavalcante – Goiás. Fonte: Incra (2006)

2.1 O Cerrado no Assentamento Rio Bonito

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e a savana mais rica do planeta. Nele estão as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul, Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata. O elevado potencial aquífero contribui para torná-lo um *hotspot* mundial de biodiversidade, com a presença de 11.627 espécies florísticas (Resende e Guimarães, 2007).

Outro fator são as extensas interfaces com a Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal. E é no Planalto Central que está a região do *core* do Cerrado, na Chapada dos Veadeiros, a área nuclear do bioma onde se encontra a maior densidade da biodiversidade dos cerrados (SILVA, 1998).

A partir da síntese de classificações de fitofisionomias do Cerrado, realizada por Bastos e Ferreira (2010), identifica-se no Rio Bonito um biodiverso mosaico de paisagens. São elas formações de Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão, com predominância de espécies arbóreas e formação de dossel, formações típicas de cerrado, e também Cerrado Sentido Restrito, com subdivisões em Cerrado Rupestre e Palmeiral com predominância do indaiá (*Attalea apoda*, *attalea exígua*).

Apesar da paisagem esverdeada, a degradação é nítida. As principais práticas depredatórias são o desmatamento e as ocupações de Áreas de Proteção Permanente – APP, com o gado. Também é comum a retirada ilegal de madeira por alguns moradores e a prática de queimadas. Embora o Cerrado seja um ecossistema adaptado ao fogo, as queimadas, utilizadas para estimular a rebrota das pastagens e para abrir novas áreas agrícolas, causam perda de nutrientes, compactação e erosão dos solos (KLINK e MACHADO, 2005, p. 149). A preservação da biodiversidade no Assentamento é colocada em risco pela não demarcação de APPs e Reserva Legal. Devido ao relevo ondulado, grande parte da área é de proteção ambiental, o que inviabiliza a criação de gado e sistemas convencionais de lavoura.

2.2 Histórico do Assentamento Rio Bonito

Jacinto e Amador são os nomes dos primeiros fazendeiros que ocuparam as terras que hoje são o Assentamento. “Quando o empresário Amador Alves de Souza comprou a Fazenda Órfãos do fazendeiro chamado Jacinto, passou a ocupar também as terras altas da região

serrana, conhecidas pelo nome de Santaninha” (FRANÇA, 2014, p.18). Amador era parente de baianos que já moravam no lugar. Estabeleceram graves conflitos e expulsaram os posseiros que não se agregaram à fazenda. Para alguns que permaneceram, fica também a lembrança de um tempo de maior fartura e festança. Eva, cujo pai trabalhava no roçado para Amador, conta que “antigamente tinha mais moradores que hoje. Quem não casou foi estudar, pra cidade. Quando eu era criança, era melhor que hoje, eu tinha mais amizade”.

Os relatos de duas moradoras narram o histórico de relações sociais e políticas traçado no lugar. Uma delas foi expulsa e ameaçada de morte quando apresentou resistência para permanecer na área comprada por Amador. Perdeu sua terra e por dois anos não teve onde morar com sua família, até o momento da criação do Assentamento, quando conseguiu reaver a terra:

O dono primeiro era baiano, comprou e empurrou os posseiros, despejou nós aqui. Ficamos dois anos morando na rua, de favor. Nós saiu nove de novembro de 1994. Polícia aqui. com arma, e carregando as coisas. Na cabeça, em cavalo, eu, meu esposo, quatro filho, duas irmã, um irmão. O Amador pagou pro gerente, com o oficial, mas sem papel. Em noventa e sete voltamos, depois do desapropriamento do Amador, que já tinha vendido pro INCRA. (Benedita Gonçalves, 47)

A outra foi agregada do fazendeiro, trabalhando para sua família até o dia em que se casou. Seu relato revela profundas mudanças na organização social e composição ambiental do lugar:

Eu trabalhava de enxada, diarinha, comprar as coisas pra comer. Trabalhava pro irmão do Amador. Meu marido já tinha uma parcela. Aqui tinha morador demais, tudo era baiano, parente do fazendeiro. Eles venderam pra Amador e foram embora. Aí eu casei, ajudava o marido na rocinha dele. Diferente aqui é que tinha muita lavoura, toda semana era festa dia e noite. A mata, aqui, você só passava da serra pra cá até pra lá de Didi, era mata fechada, passava só a cavalo. Quando cheguei, com 10 anos, veio uma máquina que derrubou a mata. Agora a gente vê movimento, com as estradas. Tem menos pessoas mas as coisas são mais fáceis. Parece que pra mim eu tinha saúde, nesse tempo, às vezes nós sente vontade de trabalhar mas não dá conta. (Cantuária Francisco Maia, 51)

No passado, a mata era mais densa, a terra era mais fértil e as condições de trabalho favoreciam a produção agrícola, por meio da qual se proviam todos os alimentos consumidos. Ao mesmo tempo, para os moradores nascidos no lugar, se percebe os tempos atuais como mais fáceis, na medida em que se abriram novas estradas, mais opções de transporte e serviço de saúde, mesmo precariamente.

Era tudo natural daqui. O arroz, o feijão, o milho, farinha, toucinho, tudo era produzido aqui, mas a terra cansou, a gente ficou espremido. A rocinha durava três, quatro anos, hoje plantei um negocinho e o trem não guenta mais uns dias. A gente fazia roça em lugar baixo, antes do fazendeiro. Hoje, numa grambeira de pedra. Tô lá desde muito antes do Amador. As árvores que tem é as mesma, tem ainda, mas acabou as matas, Aroeira, Jatobá, Garapa... Era muito difícil, só era serra, meu pai era aleijado dos pés e das mãos. Aqui tem transporte, se precisou pode fretar um carro, lá a serra era muito feia... Minha avó, ferroadada por formiga, foi levada na rede pela serra até o ponto de enterrar. Ninguém sabia de hospital, sabia se existia médico. (Cantuária Francisco Maia, 51)

Em 1996, os posseiros moveram uma ação na Justiça para a desapropriação da fazenda, e em 2001 foram homologados os primeiros contratos com os moradores do recém formado Assentamento Rio Bonito/Órfãos, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Na concessão das terras, foram privilegiadas as pessoas que moravam no lugar ou nas proximidades, o que beneficiou grande parte dos moradores nativos. “Nasci e criei aqui”, é a expressão comumente utilizada por aqueles nascidos no lugar ou que outrora trabalharam sem moradia fixa nas fazendas da região. Outros moradores vieram do Espírito Santo, Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, influenciando na formação de um novo mosaico cultural. Desde 1998, a organização e luta política para reivindicar direitos acontece em nome da Associação do Projeto de Assentamento Órfãos – ASPASO, com a liderança de presidentes que atuaram desde então.

3. METODOLOGIA

Em dezembro de 2010, o lugar foi conhecido em uma saída de campo da disciplina de Pedologia, da Faculdade UnB de Planaltina. Começaram diversas conversas com moradores que pediam algum suporte à Universidade. Diziam quão problemático era o Rio Bonito, mas simultaneamente tão rico de recursos naturais. A partir disso, surgiu o projeto de pesquisa-ação Rio Bonito, apoiado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza, por meio do edital “FLORELOS: Projeto Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras”, com fundos da Comissão Europeia e do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS).

De julho de 2011 a novembro de 2013, foram realizadas 14 saídas de campo, que totalizaram em média 42 dias. O Projeto de Pesquisa-Ação Rio Bonito objetivou realizar um levantamento socioambiental para identificar as fragilidades e as potencialidades do ambiente, para construir e fortalecer vínculos de solidariedade social, para que se pudesse propor iniciativas de geração de renda e conservação do Cerrado (VASCONCELOS e VELASCO,

2013). Por meio desse levantamento foi possível conhecer as mulheres, e em 2012 as atividades estavam já direcionadas a este trabalho com mulheres. Em 2013 as atividades foram integradas ao Projeto de Extensão de Ação Contínua – PEAC, da Faculdade UnB de Planaltina: “Territorialidade, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Assentamento Rio Bonito. O trabalho se categoriza como uma pesquisa teórico-empírica, com o referencial metodológico da *Pesquisa-Ação*, com a utilização de ferramentas do *Diagnóstico Rural Participativo* e do Manual de gênero da *Oxfam* para questões de gênero. As ações estão sistematizadas na tabela 1 (ver imagens em anexo).

Tabela 1 – Atividades da pesquisa

Atividades	2011		2012					
	Jul.	Dez.	Jan.	Mar.	Abr.	Jul.	Set.	Dez.
Primeira reunião com a comunidade								
Elaboração do mapa do Assentamento								
Reunião com as mulheres								
Entrevistas								
Oficina de artesanato com Léo Stinghen								
Oficina de artesanato com Fatinha								
Visitas nas casas								
Participação na reunião da ASPASO								

Atividades	2013						
	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Set.	Out.	Nov.
Visita nas casas							
Teia dos saberes							
Visita a Dona Flor							
Dinâmica sobre Economia Solidária							
Elaboração do Mapa de Produção							
Feira de Sementes e Mudanças da Chapada							
Entrevistas							

Fonte: o autor

Tripp (2005) situa a *pesquisa-ação* em uma modalidade de investigação; trata-se de um termo genérico para processos que buscam aprimorar a prática pela interface entre o campo da ação e do conhecimento. Apesar das particularidades de cada contexto, a *pesquisa-ação* apresenta um ciclo básico, corrente, reflexivo, em que se buscam pontos de partida para

melhorias a cada fase: identificação de problema, planejamento de sua solução, sua implementação e avaliação de eficácia.

Para maior rigor metodológico, o autor conceitua este processo "como uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática" (TRIPP, 2005, p. 447). A teoria neste campo metodológico assume importância na compreensão das situações, planejamento de melhorias e explicação de resultados. É necessário problematizar a teoria para que as pessoas envolvidas possam dela se apropriar. A *colaboração* é o expoente máximo da participação, na qual os envolvidos atuam como co-pesquisadores em todas as fases, com engajamento ético, desde a proposta da pesquisa até sua execução.

Aqui, apropria-se de duas modalidades de *pesquisa-ação* seguindo as propostas de Tripp (2005). Primeiro, a *pesquisa-ação* de natureza política, pela busca de favorecer a participação para a mudança e melhoria da cultura institucional e superação de suas limitações; está associada à mudança da cultura do grupo pelo incentivo ao trabalho comunitário, valorização de práticas produtivas subjugadas e reconhecimento de possibilidades alternativas de economia; a segunda modalidade é a *pesquisa-ação* socialmente crítica, com a busca de mais justiça social, focada nas questões de gênero e meio ambiente.

Segundo Neto (2003), na *pesquisa-ação*, o participante é conduzido à produção do próprio conhecimento e se torna o sujeito dessa produção. Desta forma, as informações que compõem as caracterizações do Rio Bonito partem das percepções da moradoras do lugar, e assim, dá-se início à reflexão para a compreensão dos problemas e busca e de soluções. Thiollent (2005) atribui ao pesquisador um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. O autor conceitua essa modalidade de pesquisa como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (Thiollent, 2005, p. 16)

Cada atividade contou com a participação de 10 mulheres, em média; duravam um ou dois dias, normalmente, começando às dez horas da manhã e encerrando às quatro da tarde. Era oferecido almoço e/ou lanche. Devido à inexistência de telefone no lugar e ao grande distanciamento entre as propriedades era necessário chegar sempre com um dia de antecedência para mobilizar as pessoas. A logística consistia em passar nas casas das

mulheres que estavam envolvidas na pesquisa e divulgar a atividade do dia seguinte. Era combinado um horário para o carro passar na estrada e buscar as participantes que precisavam de apoio para se locomover.

Algumas mulheres não participaram das reuniões em grupo mas foram importantes para a construção da pesquisa, com o fornecimento de valiosos depoimentos e recursos para a pesquisa, como Maria Angélica, 72 anos, e Maria Cleusa de Jesus, 65. Foram coletadas assinaturas dos participantes para autorização do uso dos nomes na pesquisa; para aqueles que não estavam no Assentamento neste momento, utiliza-se nomes fictícios. São eles: Marina Gonçalves; Rosângela Moreira; Paloma Cardoso; Cida Flora Alves e Aldo de Souza.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) serviu de suporte para as ações. Consiste em um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem às comunidades fazer o seu próprio diagnóstico para, a partir daí, começar a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006). Resulta de um esforço para tornar a Assistência Técnica e Extensão Rural mais participativas, após o fracasso da transferência tecnológica no final da década de 70, quando os supostos beneficiários eram ausentes na elaboração e execução de projetos.

O DRP tem como princípios: respeitar a sabedoria e cultura do grupo; analisar e entender as diferentes percepções; escutar todos da comunidade; visualizar os assuntos explorados, com a elaboração de mapas, matrizes, modelos etc.; buscar a triangulação, que é a confrontação ou complementaridade de dados a partir do uso de métodos diferentes de pesquisa, diferentes fontes de informação e interdisciplinaridade na pesquisa; trabalhar com o princípio da *ignorância ótima*, que consiste em evitar o excesso de detalhes na coleta de dados; realizar a análise e apresentação dos resultados na comunidade.

Um das abordagens de DRP utilizada foi a observação participante, que consiste na busca de compreender a percepção da realidade da comunidade por meio do convívio cotidiano. Aconteceu em visitas às casas, na igreja, participação na reunião da Associação de moradores e demais atividades. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, guiadas por perguntas-chave que permitem o diálogo, para que o entrevistado se expressasse livremente. Elaborou-se o mapa da comunidade, matriz de produção com diferenciação de gênero e o FOFA – fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, todas elas são descritas ao longo do trabalho.

A análise de gênero é parte integrante do DRP, pela necessidade teórico-metodológica de se compreender e atuar em realidades marcadas por dificuldades históricas nas relações entre homens e mulheres. Além das atividades citadas, foram ouvidas e registradas as rotinas diárias de mulheres e homens do Assentamento, e foi identificada e problematizada a divisão sexual do trabalho, a partir da elaboração do mapa de atividades produtivas.

4. O UNIVERSO TEÓRICO NA ORIENTAÇÃO DA PRÁTICA

4.1 Relações de Gênero, desenvolvimento rural e meio ambiente

“Gênero” é uma palavra utilizada desde os anos 70 para descrever características de mulheres e homens que são socialmente determinadas, em contraste com aquelas que são biologicamente determinadas. A socióloga inglesa Ann Okley¹ é indicada como pioneira no uso da palavra. A partir dos anos 70, outros autores passam a fazer a oposição de sexo – *macho e fêmea*, em relação à natureza, e gênero – *masculino e feminino*, em relação à cultura. Contudo, OFFEN (2001) demonstra que, para além da questão gramatical, já era corrente o uso do termo para a construção sociopolítica e cultural dos sexos na língua francesa antes mesmo de Simone de Beauvoir.

Essencialmente, a distinção entre sexo e gênero é feita para enfatizar que tudo que homens e mulheres fazem, tudo que é deles/as esperado – com exceção das funções sexualmente distintas (gestação, parto, amamentação, fecundação) – pode mudar, e muda, através do tempo e de acordo com a transformação e variação de fatores sócio-culturais (WILLIAMS et al., 1999, p.9).

Nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2010), está o de promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres a partir de algumas constatações: para mulheres, o acesso à educação é mais difícil em algumas regiões; a pobreza constitui um importante obstáculo à educação, especialmente para mulheres mais velhas; em todas as regiões em desenvolvimento, exceto a CEI (Comunidade dos Estados Independentes)², o número de homens com emprego remunerado é muito superior ao de mulheres; as mulheres

¹ Ver OAKLEY, Ann. *Sex, gender and Society*. London: temple Smith, 1972

² A CEI (Comunidade dos Estados Independentes) é uma organização intergovernamental composta por 11 das 15 ex-repúblicas que formavam a União Soviética: Rússia, Belarus, Cazaquistão, Azerbaijão, Tadjiquistão, Armênia, Quirguistão, Uzbequistão, Moldávia e Turcomenistão.

são, em grande medida, relegadas para formas mais vulneráveis de emprego; mulheres se concentram no setor informal, caracterizado pela falta de benefícios e de segurança; os empregos de nível mais elevados continuam a ser reservados aos homens na grande maioria dos casos; as mulheres estão lentamente a ascender ao poder político, mas apenas quando existem quotas ou outras medidas especiais.

Dados da FAO (2011) revelam que apesar de alcançarem espaço no mercado de trabalho, as mulheres encontram mais restrições que os homens no acesso a recursos, mercado e serviços, o que constitui um *gap* de gênero. Comparadas aos homens, as mulheres operam menores fazendas, mantêm menores rebanhos de gado, que geram menos renda; possuem uma pesada carga de atividades de baixa produtividade; tem menos acesso a informações sobre agricultura e extensão rural; usam menos crédito e serviços de financiamentos; são menos propensas a usar insumos como fertilizantes, sementes melhoradas e equipamentos mecânicos; se empregadas, são mais propensas a serem contratadas em tempo parcial, sazonal e por baixos salários; recebem menores quantias por um mesmo trabalho, mesmo quando possuem a mesma experiência e qualificação.

A FAO expõe que as mulheres constituem, em média, 43% da força de trabalho na agricultura em países em desenvolvimento; na América Latina, o percentual cai para 20%, devido aos níveis relativamente elevados de educação feminina, crescimento econômico, diversificação e normas trabalhistas, que suportam a migração de mulheres para trabalhar na cidade; novos postos de trabalho de alto valor agroindustrial oferecem melhores oportunidades para as mulheres que a agricultura tradicional. Mulheres de todas regiões geralmente têm menos acesso à terra que os homens, sendo que entre 3 e 20% de donos de terra são mulheres em países em desenvolvimento. O rendimento da terra manuseada por mulheres é cerca de 20 a 30% menor que o das terras manuseadas por homens, não por serem as mulheres menos agricultoras que os homens, mas por não terem o mesmo acesso aos recursos. E Se as mulheres de áreas rurais tivessem o mesmo acesso à terra, tecnologia, serviços de financiamento, educação e mercado que os homens, a produção agrícola poderia crescer entre 20 e 30%.

Intervenções políticas podem ajudar a fechar a lacuna de gênero na agricultura e na mão de obra do mercado rural, com a eliminação das práticas discriminatórias contra a mulher no acesso a recursos agrícolas, educação, suporte financeiro e mercados de trabalho. Fazem-se necessários investimentos em segurança do trabalho, melhorias em tecnologias e

infraestrutura para atividades mais produtivas no tempo livre das mulheres; facilitação e participação das mulheres em um mercado rural flexível, eficiente e justo. Inseridas com equidade no sistema agrícola produtivo, as mulheres, com maior renda, são uma estratégia comprovada para melhorar a saúde, a nutrição e a educação infantis, o que resulta em capital social, em bem comum.

As institucionalidades e as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no campo são muito recentes, se encontram num momento de consolidação e ainda necessitam ganhar escala, processo que também deve ser acompanhado do fortalecimento da agenda econômica na organização dos movimentos sociais de mulheres, indo além da formulação de demandas. (BUTTO e LEITE, 2010).

Na constituição de 1988, foi prevista a igualdade de direitos ao título de domínio e concessão de uso da terra, independente do estado civil da mulher, e a titularidade conjunta da terra para homem e mulher em situação de casamento ou união estável. Contudo, até o início dos anos 2000, apenas 13% das assentadas tinham título da terra, o que se dava pela inexistência de um instrumento legal que obrigasse a igualdade. A publicação da Portaria Nº. 981/2003 e da Instrução Normativa Nº. 38/2007 do INCRA alterou esse quadro, com a inclusão de mulher e do homem, independente do estado civil, em caráter obrigatório, na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural. Dados do MDA expõem que, entre 2003 e 2006, a média de mulheres titulares de lotes pela reforma agrária subiu para 25,6%. Em 2007, as mulheres já representavam 55,8% dos títulos. No caso das mulheres chefes de família, se em 2003 o percentual equivalia a 13,6%, em 2007, o universo de mulheres nessa condição passou para 23% do total de beneficiários (MDA, 2010).

São notados avanços nas organizações rurais e de mulheres pela implementação de políticas públicas na realidade rural nos últimos dez anos. HEREDIA e CINTRÃO (2006) indicam a política da Previdência Rural como uma das mais importantes. Com a constituição de 1988, houve a ampliação do piso para um salário mínimo, e redução da idade para 60 anos no caso do homem, e 55, no caso da mulheres, chefes e/ou arrimos da família ou não.³ Antes, o Pró-rural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural) era concedido somente ao chefe

³ O antigo sistema previa a aposentadoria por velhice aos 65 anos para ambos os sexos, e seus valores correspondiam a 50% do salário-mínimo, e as pensões por morte eram limitadas a 30% do salário mínimo. HEREDIA (2006)

de família, e as mulheres eram geralmente excluídas. Contudo, o direito só passou a ser acessado em 1991. Em 1992, 66% dos beneficiários eram mulheres, e, em 2002, elas recebiam 73% das pensões por morte, o que reforça a importância da extensão da seguridade social às trabalhadoras rurais, pois como vivem proporcionalmente mais que os homens e permanecem parte da velhice sozinhas, têm maior dependência do recebimento do seguro previdenciário (HEREDIA e CINTRÃO, 2006, p.13).

Rua e Abramovay (2000) explicam que o capital social está fortemente relacionado a gênero e aos fatores produtivos, que as iniciativas baseadas na constituição de identidades coletivas, novos códigos de valores e normas de interação social beneficiam-se das práticas associativas tal qual empreendidas pelos movimentos sociais rurais, no esforço de superar a exclusão social. Putnam (2002) conceitua o capital social como características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas

A força de trabalho da mulher tem sido camuflada e percebida como mera complementariedade ao trabalho masculino. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa que se superpõe a outras atividades (Rua e Abramovay, 2000, p. 284) – principalmente horta e quintal, mesmo sendo evidente a contribuição da mulher na geração de renda que compõe o orçamento familiar.

(LEITE et al., 2004 apud Heredia e Cintrão, 2006) expõe que apesar de ser pouca a diferença entre as porcentagens de homens e de mulheres trabalhando no lote e fora dele, as mulheres que declaram “não trabalhar” (33% das mulheres assentadas versus 24% dos homens) são predominantes, o que certamente é reflexo da invisibilidade das atividades femininas e sua desconsideração enquanto “trabalho”.

O ocultamento do trabalho feminino existe nas mais diversas esferas do universo político e institucional para a promoção do desenvolvimento rural e reforma agrária. Apesar de parecer contraditório, até mesmo no Movimento Social dos Sem Terra há exclusão de gênero. As mulheres, que nas etapas de acampamento muitas vezes assumem a liderança no enfrentamento dos opositores, são deixadas em segundo plano nos processos de negociação política. Essa é a grande provocação de Rua e Abramovay com a postulação do título do livro “Companheiras de luta ou coordenadoras de panela?”.

4.2 Gênero e Meio Ambiente: categorias complementares

A visão hegemônica que vê tanto a mulher quanto a natureza em uma situação de subordinação provoca uma discussão contestatória, que está na base do ecofeminismo. Davion (2003, p.233) conceitua essa discussão como uma “série de posições teóricas e práticas trazidas do feminismo para a filosofia ambiental”, que em geral enfocam a necessidade de se vencer essa histórica dominação. Segundo SILIPRANDI (2000):

ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres. (SILIPRANDI, 2000, p.61)

O processo de formação de uma cultura patriarcal é influenciado pela mudança de visão de mundo do orgânico para o mecânico, com a ciência moderna do séc. XV ao séc. XVII, na Europa, quando ocorre a desvalorização da mulher e da natureza. A visão Renascentista de mundo centrado na Terra – feminina – passa a ser centrada no Sol – masculino –, como afirma Merchant (1988 *apud* Davion, 2003).

Carvalho (2004) descreve o histórico das relações sociais com a natureza, que passa por períodos históricos de repulsa e fruição. A partir do séc. XV, o modelo urbano e mercantil toma o lugar do padrão medieval camponês. Com o desenvolver do projeto civilizatório moderno, o universo rural adquire sentido negativo, de “inculto” e “menos desenvolvido”. Essa reconstrução de valores, pela aristocracia, vem a compor a base ideológica moderna. Civilidade e cultura se construíam em oposição ao “selvagem” da natureza, que representava uma ameaça à ordem nascente das cidades. Assim, “o repúdio à natureza expressava-se tanto na desqualificação dos ambientes naturais (matas, florestas, campo) quanto em uma nova disciplina de controle da natureza associada às funções biológicas do ser humano” (CARVALHO, 2004, p. 95).

Carvalho (2004) expõe que, no séc. XVII, a visão utilitarista da natureza, que a qualificava em uma categoria de produção para suprimentos de necessidades humanas imediatas, passa por mudanças, quando nota-se os problemas causados pela Revolução Industrial, com a deterioração do meio ambiente natural e social. É quando surge “o fenômeno das novas sensibilidades”, que se reveste de uma nostalgia da natureza intocada,

“bela e boa”, uma valorização moral e estética da natureza que acompanha o nascimento da burguesia.

A oposição entre campo e cidade perdura até hoje. Sauer (2003, p. 2) explica que essa dicotomia tem funcionado como uma “lógica explicativa fundante da realidade social, que ora contrapõe os dois polos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano”. Nesse contexto, enquanto a cidade é centro difusor de ideologias e concentração de riquezas, o meio rural é atrasado, com suas populações expropriadas para o desenvolvimento de projetos de modernização agropecuária.

Historicamente, os meios ambientes rural e urbano são atravessado por relações de poder que têm estabelecido o uso e a ocupação do solo associados a um modelo econômico excludente e predatório. Neste sentido, no cerne do movimento feminista e ecológico está o engajamento político para defender os direitos de igualdade das mulheres no acesso à terra e seus recursos.

Tanto o feminismo como o movimento ecológico, assim como os novos enfoques sobre população, reivindicam direitos e sujeitos novos, que foram omitidos na história oficial e na micropolítica: sujeitos particulares, mulheres, Terra, a terra e os que dela cuidam, nela vivem e se incorporam” (Castro e Abramovay, 1997, p. 138).

Abramovay (1997) explica que a relação entre as categorias *gênero e natureza* não é dicotômica, ambas são reflexos da divisão do trabalho, propriedade e poder, baseada em classe, etnia, raça e gênero. Desta forma, surge o universo político que deve ser transversal na abordagem ecofeminista, fora de uma abordagem linear entre natureza e cultura.

A ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela, porque foi justamente ao redor desta idéia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas com relação ao gênero, como também à raça e a vários povos. Mais ainda, atribuir ao natural uma dimensão absolutamente virtuosa é partilhar de uma visão romântica que desconhece que a natureza tanto pode ser fonte de vida como de morte, de criação como de destruição, de prazer como de sofrimento (Sorj, 1992, *apud* Castro e Abramovay, 1997, p. 85).

O ativismo do movimento feminista ambiental nas esferas políticas evidencia sua importância para reverter desigualdades de gênero, incorporar a diversidade e ocupar espaços de tomada de decisão. O enfoque de gênero não busca a mera inclusão da mulher no processo de desenvolvimento, mas o questionamento da finalidade e conteúdo do desenvolvimento.

Castro e Abramovay (1997) abordam a consolidação e luta política do movimento social feminista e ambiental. Em junho de 1992, no Rio de Janeiro, A ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) representou o marco central do debate socioambiental para o desenvolvimento sustentável global, somou esforços de representantes de 179 países na elaboração da Agenda 21, um documento que integra em 40 capítulos um plano de ação para alcançar o desenvolvimento sustentável, com recomendações, mecanismos e metas para a inclusão das mulheres em todos os níveis de governo. O documento é conceituado pelo Ministério do Meio Ambiente como “instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”.

Em 1991, a WEDO (*Women, Environment and Development Organization*) reuniu 1500 mulheres de redes internacionais de 83 países no I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, onde foi formulada a Agenda de Ação das Mulheres, documento que serviu de inspiração para o ativismo e participação nas conferências da ONU dos anos 90. No Fórum Social de ONGs, paralelo a ECO-92, mulheres de todo o mundo integraram o Planeta Fêmea, organizado pela Coalizão de Mulheres Brasileiras, e criaram a Agenda 21 das Mulheres por um Planeta Saudável, com recomendações em educação, preservação de recursos naturais e economia sustentável participativa. Esse documento fomentou a integração das relações de gênero nas agendas nacionais e internacionais para a construção da sustentabilidade. Castro e Abramovay (1997) expõem que a mobilização das mulheres a partir da ECO-92, consolidou uma visão de que feminismo e ecologia estavam intrinsecamente ligados, uma vez que ambos propunham profundas mudanças na ordem natural, baseadas na justiça social.

Na Rio+10, em 2002, avaliou-se que não houve o cumprimento de compromissos firmados em Conferências da ONU, com a constatação de poucos avanços na realidade da mulher ao longo dos 10 anos. Isso exigiu a revisão da Agenda 21 das Mulheres. As ONGs WEDO e a REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) somaram esforços para consulta e articulação com lideranças e redes internacionais de mulheres durante a Rio + 10 para a atualização e relançamento do documento o resultou na Agenda de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável, que recomenda ações a governos, instituições internacionais e organizações da sociedade civil para a Paz e Direitos Humanos, Globalização e

Sustentabilidade, Acesso e Controle dos Recursos, Segurança Ambiental e Saúde. O documento conclui que

A jornada percorrida pelo movimento das mulheres e o alcance e a diversidade do processo de consulta mostram que a articulação dessas ações e conquistas, aparentemente pequenas, às vezes dispersas, se sustentadas ao longo do tempo, podem ter resultados significativos, que se refletem na mudança de cultura e na própria forma de fazer política, aproximando a humanidade da utopia do desenvolvimento sustentável (REDEH e WEDO, p. 1).

Castro e Abramovay (1997) destacam o histórico das mulheres negras contrárias ao imaginário do movimento feminista que não contemplavam questões de raça e etnia. Iniciaram o debate sobre o racismo ambiental no Brasil, quando apresentaram na Eco 92 a recusa do pensamento neo-malthusiano patriarcal e se posicionaram contra a esterilização involuntária de mulheres negras e indígenas no país. Em 2001, conseguiram incluir vários parágrafos sobre racismo ambiental e gênero na Declaração e Plano de Ação resultado da III Conferência Mundial Contra Racismo, de Durban – África do Sul. Contudo, a questão racial ainda é um tema periférico nos movimentos sociais, não incorporado pelo movimento feminista como prática. Na própria Agenda 21 para mulheres, não há qualquer referência sobre raça e etnia.

A equação *gênero e meio ambiente* enriquece a discussão e atuação sobre essa crise paradigmática, ampliando o conhecimento e campo de ações voltadas para a reterritorialização do espaço e do ambiente e do *ser e estar* na terra e na Terra. A diferença identitária é positiva, e a diversidade não deve representar desigualdade. Compreensões isoladas de problemas ambientais levam a tentativas de resolução de problemas por meio de técnicas focadas em compartimentos puramente biofísicos. A crise ambiental atual surge da formação cultural e é atravessada por relações de poder. Só haverá sustentabilidade quando houver igualdade de gênero nos processos de tomada de decisão e acesso aos recursos naturais, materiais e simbólicos.

4.3 Economia, solidariedade e desenvolvimento

O professor de economia Hassan Zaoual (2006) refuta a ideia de um modelo globalizado neoliberal como solução universal para os problemas, porque este ignora as especificidades de cada realidade, e aponta, o mesmo professor, uma nova iniciativa para o desenvolvimento local, baseada na ideia dos *sítios simbólicos de pertencimento*. O *sítio* é

“uma maneira de repensar os ‘lugares’ em suas especificidades, levando em conta os sistemas de representação dos atores (...), possui um tipo de caixa preta feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes (...)”. (Zaoual, 2006, p. 31-32.).

Segundo Zaoual (2006 p. 28), a “imposição das categorias econômicas, com a separação total das crenças e das histórias de uma cultura, leva ao fracasso” um modelo econômico. E isso caracteriza modelos de economia e de gestão experimentados em países do Sul, que acreditaram poder importar o conjunto de organizações do capitalismo, tais como a ciência, a técnica e o sistema industrial, sem considerar aspectos socioculturais regionais. Tanto o Norte quanto o Sul têm fracassado, com a crença no racionalismo e no reducionismo, porque estes não se adequam aos problemas locais.

Nesse contexto, forma-se um coletivo de iniciativas de economia informal que representam modelos alternativos de organização política e produtiva, gerando valores que não são reconhecidos pelo modelo econômico dominante. As iniciativas informais de economia escapam às ciências racionais, notadamente à ciência econômica, que possui como indicadores valores utilitaristas, mercantis e instrumentais, e não se interessa pelas dimensões humanas de identidade, solidariedade, cidadania – aspectos formadores de um universo de organização socioprodutiva real e fundamental para a vida das pessoas secularmente excluídas do modelo econômico que se propõe global.

Zaoual (2006) identifica a economia solidária junto a outras iniciativas que surgem com os desnivelamentos do sistema econômico, como a economia informal, a *economia da reciprocidade* e o *desenvolvimento local e solidário*. Em uma análise semântica, encontra uma contradição na *economia solidária*, “antinômica e ambígua”, para ele, inviável no capitalismo. Explica que “o econômico, em sentido estrito, da ciência normal é distante de uma sociedade solidária baseada na confiança, já que esta suporia que a seleção dos indivíduos e das comunidades de indivíduos não poderia acontecer com base nos critérios de mercado” (ZAOUAL, 2006, p.185). O autor justifica este pensamento quando apresenta o *econômico* como uma criação do mundo moderno – prática e disciplina do capitalismo, e como “visão do homem”, postulada no individualismo como base do interesse humano, formador de um quadro de mercado, para a produção e distribuição, baseado no lucro e concorrência.

Discussões e (re)significações da economia solidária são recorrentes. Por vezes, o conceito é associado a um ideal socialista ou percebido em sintonia com o sistema capitalista.

Como se trata de um conceito relativamente novo, sofre variações conforme o quadro teórico proposto e, como um fenômeno social, apresenta uma complexidade que faz dele um conceito em construção.

Uma visão processual e dialética da história não permite falar do surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que nós chamamos de novo recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas, sendo objeto de uma ação consciente articulada e atraindo financiamentos, pesquisa e divulgação através da mídia. Tudo isto concorrendo para o reconhecimento público, político e, finalmente, às vezes, legal, da problemática em questão (LECHAT, 2002, p.1).

Como marco teórico, Lechat (2002) identifica o primeiro aparecimento do conceito de economia solidária no Brasil em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti e Gutierrez, concebido por Luis Razeto como

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (Razeto, 1993, p. 40).

Paul Singer, economista e professor brasileiro nascido na Áustria, é um dos autores proeminentes da economia solidária, e a associa ao capital, à proporção que este seja propriedade coletiva, o que aparece no conceito que se segue:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade” (SINGER, 2002).

Singer (2007), profundamente engajado no pensamento marxista, menciona a ação direta dos trabalhadores na construção da economia solidária já nos primórdios do capitalismo industrial. O cooperativismo, que há duzentos anos começa a se estruturar, com forte influência do socialismo, é um elemento fundamental para a compreensão da economia

solidária. Os Pioneiros Equitativos de Rochdale⁴ – cujos princípios baseiam-se nos pressupostos de que “Todo o poder pertence por igual aos sócios; é livre a entrada de novos sócios; o patrimônio é disposto em fundos divisíveis, que pertencem aos sócios, e indivisíveis, que pertencem à cooperativa enquanto instituição” – lançam as bases para cooperativismo e para a economia solidária. Singer afirma que a autogestão é possível em todos os campos: educação, finança, pesquisa científica, comunicações, não se limitando às cooperativas de produção.

Singer (2007) discorre que após a longa dormência da economia solidária durante a hegemonia do *keynesianismo*, com a reviravolta neoliberal e a queda dos regimes stalinistas na Europa Oriental, é atribuída mais importância à ação direta de movimentos sociais e ONGs, tanto na economia, quanto na luta ambiental.

Laville e Genauto (2004) indicam o ressurgimento da economia solidária nos anos 90, como resposta à crise do paradigma fordista e o de bem estar social, proposto pelo Estado; buscam articulações entre a economia mercantil e a não mercantil e não monetária; procuram respostas à incapacidade do liberalismo em conduzir a reestruturação de realidades sociais fragmentadas, marcadas pelo contraste entre a pobreza e a riqueza nos meios urbanos, pela dicotomia entre meio urbano e meio rural. Como afirma Sauer (2003), esta dicotomia tem funcionado como uma lógica explicativa fundante da realidade social, que ora contrapõe os dois pólos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano. Nesse contexto, enquanto a cidade é o centro difusor de ideologias e concentração de riquezas, no meio rural, como em muitos assentamentos, estão a completa ausência do Estado e dificuldades generalizadas e de toda sorte.

Outras leituras concebem a economia solidária como uma força propulsora no modelo capitalista, funcionando com princípios diferentes. O presidente da Associação Banco do Brasil, que atua em projetos de Economia Solidária, afirma que

⁴Anteriormente, Singer (1999) relata que, no final do século XVI, a revolução industrial trouxe máquinas que substituíram os trabalhadores das manufaturas. Associações que protestaram contra o desemprego foram violentamente reprimidas. Foi quando Robert Owen liderou a luta operária, acreditando que o trabalho na indústria poderia ser positiva, à medida que os trabalhadores tivessem o controle do trabalho e partilhassem os resultados, o que influenciou a formação de centenas de cooperativas e motivou o sindicalismo. A revolta gerou perseguição dos trabalhadores “owenistas”, que foram expulsos e proibidos de se sindicalizarem. Nesse contexto, os militantes operários de Rochdale fundaram a *Sociedade dos Pioneiros Equitativos*, que alcançou dezenas de milhares de sócios, que fundaram diversas cooperativas de produção: fábrica de sapatos, fiação e tecelagem, habitação e assistência à saúde.

...a economia solidária é um novo conceito de produção dentro do modelo capitalista. Em vez do individual, da mais-valia, o resultado é voltado para o coletivo, para o social. Com essa nova perspectiva, os setores excluídos podem construir uma força econômica dentro dos marcos de uma economia capitalista (PENA, 2009, p. 14).

Pena exemplifica o sucesso da economia solidária no modelo capitalista com as cooperativas de crédito em Quebec – Canadá, onde, em uma região com 8 milhões de habitantes, 7,5 milhões são correntistas. Contudo, assim como Zaoaul, constata que a transposição de modelos econômicas, sem a consideração de aspectos históricos e culturais dos lugares, tende ao fracasso.

Parreiras (2009) indica três requisitos básicos para a formação de um empreendimento econômico solidário: viabilidade econômica, gestão competente e desenvolvimento de capacidades produtivas, empreendedoras, gerenciais, políticas, culturais e associativas dos trabalhadores e das comunidades do entorno. Empreendimentos Econômicos Solidários – EES - são definidos pelo Decreto nº 7358, de 17 de novembro de 2012, como

Organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente gestão das atividades e alocação dos resultados. A economia solidária envolve os processos de produção e venda, com articulação a um comércio justo e solidário, que possui prática comercial diferenciada, pautada nos valores de justiça social e solidariedade, realizada pelos empreendimentos econômicos solidários.” (Decreto nº 7358, de 17 de novembro de 2012)

Campelo de Vasconcelos (2007) denomina a economia solidária no Brasil como uma racionalidade específica, criada por um conjunto de experiências originadas nos anos 80, que tinham em comum os pilares da solidariedade, cooperativismo e autogestão comunitária. Singer (2004) contextualiza a adoção do segmento da economia solidária por diversos movimentos sociais e entidades importantes da sociedade civil, o que é provocado pela extensa crise do trabalho gerada com a desindustrialização e a abertura do mercado, que acirra a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego em larga escala e de longa duração, o que causa a precarização das relações de trabalho.

No Brasil, a economia solidária tem alcançado espaço nas pautas políticas e na formulação de políticas públicas, com o apoio de governos estaduais e municipais. O governo

federal caminha no mesmo sentido, quando cria o Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003⁵ e o Programa Nacional de Micro Crédito Produtivo Orientado. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego) é apontada por Singer (2007) e Campelo de Vasconcelos (2007) como um passo decisivo do governo federal para apoiar iniciativas de economia solidária desenvolvidas por entidades, instituições e empreendimentos de autogestão.

4.4 Compreensões de sustentabilidade na economia solidária

O relatório “Nosso Futuro Comum” (ONU, 1987, p. 1) conceitua o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

Hoje, esse conceito é utilizado pela economia sob o preceito da previsibilidade dos ecossistemas para definição de uso e rendimento máximo. Contudo, ecossistemas estão sujeitos a perturbações e distúrbios, e sistemas socioculturais locais possuem características próprias. O manejo de ecossistemas será sustentável quando não se limitar meramente a capacidade de suporte, mas valorizar saberes e práticas locais. Jankowsky (2007) exemplifica essa problemática quando realiza um estudo *socioecológico* de catadores de caranguejo em São Paulo, apontando a ineficácia do manejo convencional, que despreza aspectos da sustentabilidade local, que envolve um vasto conhecimento sobre fatores ecológicos de influência ao caranguejo.

A organização Caritas Brasileira (2005, p. 30), na incorporação da sustentabilidade na economia solidária, introduz que “a exploração desordenada de recursos naturais e a expropriação das pessoas geram uma sociedade desigual e excludente”, que provoca a formação de “uma consciência crítica em relação à ideologia do desenvolvimento na sua concepção reducionista de desenvolvimento como crescimento econômico e como progresso ou modernização”. A sustentabilidade não se adequa à manutenção do modo de produção capitalista:

⁵ O MTE tinha por objetivo, desde sua criação, proteger os direitos dos formalmente assalariados, fugindo de seu escopo os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados. Com a criação do SENAES, é ampliado o âmbito de responsabilidades do MTE, com a inclusão do cooperativismo e associativismo urbano, enquanto o Ministério da Agricultura se responsabiliza pelo associativismo rural.

Existe uma concepção reducionista de sustentabilidade, compreendida como adequação das atividades socioeconômicas aos limites dos recursos naturais, justificando um modelo de desenvolvimento que pode ser “limpo”, poluindo dentro de determinados limites estabelecidos pelas legislações ambientais. Ou seja, é a forma como o conceito de desenvolvimento sustentável foi apropriado pelo capitalismo: atribuindo valor monetário à poluição que se torna apenas mais um custo para os agentes econômicos e sociais poluidores e não uma questão ética, mais ampla. (Cáritas, 2005, p. 34)

Leff (1998) também critica a apropriação conceitual da sustentabilidade pelo sistema econômico atual pelo cálculo estrito de custos de danos ecológicos. Afirma que os custos ecológicos da produção devem internalizar os processos sociais, que são formadores do valor da natureza. Esses valores buscam se impor por estratégias de poder dos movimentos ambientalistas de resistência e pela negociação para reafirmar os valores culturais, simbólicos e interesses sociais e políticos.

Fora dos moldes do mercado, a sustentabilidade apresenta três aspectos básicos (Caritas, 2005): 1. *A transformação das relações entre as pessoas e a natureza* no desenvolvimento, com harmonia entre bem-estar social do ser humano e meio ambiente. Considera o equilíbrio entre todas as formas de vida e se preocupa com as gerações futuras e a adoção de práticas e comportamentos de economia e manejo de recursos naturais. 2. *O reconhecimento da unidade da vida no planeta Terra e da importância da diversidade dos seres vivos*. Assim rompe com o antropocentrismo nas relações predatórias de exploração e dominação da natureza, na construção de uma relação pedagógica que reconhece os outros seres vivos como agentes de aprendizagem. 3. *A sustentabilidade é expressa nas diversas dimensões do desenvolvimento*. Significa a qualidade de vida para todas as pessoas, de todas as culturas, como processo contínuo e participativo de conquista da cidadania e a construção de novas dinâmicas de produção e redistribuição social das riquezas.

Para a organização Caritas, a concepção de *desenvolvimento solidário* apresenta estreita semelhança com a de *desenvolvimento sustentável*; realiza-se com a perspectiva inclusiva, por meio um novo conceito de relações de poder, que trabalhem pela defesa dos interesses da coletividade, com respeito às diversidades, e propõe o rompimento com a visão utilitarista de meio ambiente.

Para Leff, a sustentabilidade é traçada em paralelo ao processo de “reapropriação social da natureza”. É parte de uma nova racionalidade produtiva, fundamentada em relações ecológicas e comunais. Dessa forma, o conceito é fundamental para a composição conceitual de economia solidária e sustentável:

A sustentabilidade, fundada em princípios de equidade, diversidade e democracia, abre perspectivas sociais mais amplas que o simples reverdecimento da economia através do cálculo dos custos da preservação e da restauração ambiental. Desta forma, o ambientalismo gera novas teorias e valores que questionam a racionalidade econômica dominante, orientando a ação social para a construção de outra racionalidade produtiva, fundada nos potenciais da natureza e da cultura. (LEFF, 2002, p. 66-67).

O economista polonês naturalizado francês, Ignacy Sachs (2004), propõe uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da América Latina baseando-se na transformação dos pequenos produtores em microempresários hábeis para competir no mercado capitalista, uma vez que esses pequenos produtores compõem a maioria dos postos de trabalho. Sachs propõe o estímulo ao empreendedorismo e à cooperação; o apoio financeiro para os pequenos produtores, com aplicação de crédito e microcrédito; implementação do conceito de desenvolvimento territorial, com empoderamento das iniciativas locais.

A ideia de produção na linha de desenvolvimento proposta por Sachs (2004) ressalta a importância da agricultura familiar na América Latina. Afirma que o campo concentra potencial de tempo e trabalho. Essa reserva de trabalho deve ser pensada a partir do desenvolvimento rural, e não meramente agrícola, o que significa o incentivo de pluriatividades, tais como artesanato, prestação de serviços técnicos e agroindústria, com a criação de atividades não agrícolas nas zonas rurais. Afirma que a reforma agrária será bem sucedida quando gerar empregos e autoempregos, cobrando resultados produtivos dos seus beneficiários e incentivando a lógica empreendedora dos assentados, destacando o empreendedorismo coletivo (cooperativismo e associativismo).

Em síntese, o equilíbrio das correntes de pensamento apresentadas parece justificar a construção de uma intervenção social que parta do reconhecimento do universo socioambiental para a sistematização das ações que possam levar à emancipação social acompanhada da geração de valores simbólicos e/ou materiais. A geração desses valores

podem, então, caracterizar uma iniciativa de economia solidária, dentro de suas múltiplas compreensões.

5. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E RESULTADOS

O trabalho realizado em campo orientou-se pela necessidade de reconhecer e estimular novos valores de organização social e produção coletiva, com engajamento político e com o empoderamento das iniciativas locais (SACHS, 2004) no reconhecimento e apropriação dos recursos. A prática foi norteada pela economia solidária e pela importância do rompimento da relação histórica de subordinação das mulheres e da natureza aos homens, pela perspectiva de que o padrão corrente de desenvolvimento não é nem sustentável, nem igualitário (Castro e Abramovay, 1997). Dessa forma, o percurso percorrido se encontra com o movimento feminista e ambiental, em uma linha de trabalho que seguiu três eixos centrais: 1 - a organização socioprodutiva do grupo, tendo como base o artesanato; 2 - o reconhecimento e valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais associados ao uso medicinal do Cerrado pelas mulheres; 3 - a identificação e valorização dos usos de sementes crioulas. Algumas fotografias da trajetória com as mulheres estão nos anexos deste trabalho.

A organização das mulheres e formação do grupo veio após a dinâmica do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) realizado com a comunidade, quando evidenciou-se o potencial das mulheres para resolver problemas identificados. O principal fator para algumas mulheres participarem foi a proposta da retomada com o artesanato para gerar renda e promover a união entre elas. Dona Alvina foi a primeira a demonstrar interesse, e disse que “é bom na hora que está com a turma, fica tudo animado, mas quando fica uma só, desanima”. Abaixo está uma breve descrição das participantes diretas deste trabalho. Aquelas que, por dificuldade logística, não assinaram a autorização para serem citadas (disponível nos anexos), tiveram seus nomes alterados.

Alvina Pereira Lopes – tem 58 anos e mora há 48 no Assentamento, é casada, e tem sete filhos, sendo que três deles moram em Rio Bonito; com a morte da mãe, saiu da comunidade rural de São Domingos, em Cavalcante, e mudou-se para o lugar, com a Dona Dominga; casou-se aos 19 anos; sua principal fonte de renda é a bolsa-família.

Marina Gonçalves – tem 29 anos, é separada do marido, tem duas filhas pequenas; morava em uma fazenda próxima a Cavalcante, onde era agricultora; participou do projeto por um ano, período em que morou no lugar, onde trabalhou como cuidadora de um morador.

Eliene Rosa de Freitas – tem 38 anos, e mora há 13 no Rio Bonito; é casada, tem dois filhos; cresceu em uma fazenda no município de Niquelândia; aos 12 anos, foi estudar e trabalhar na cidade; casou-se com Geraldo, que sempre estava a trabalhar na zona rural, até que ficaram sabendo do Rio Bonito por um amigo. “A gente sonhava em ter um pedacinho de terra pra trabalhar”, ela conta. Conversaram com o presidente da Associação e ocuparam um terreno, onde permanecem até hoje; produzem quase o suficiente para se alimentar; a principal fonte de renda é a bolsa-família.

Rosângela Moreira – tem 24 anos, mora há 3 no Assentamento; tem uma filha, e é casada; morou na comunidade vizinha, Tamanduá, na fazenda da mãe; conta que o lugar tem muitas serras e matas, como no Rio Bonito; ajudava os pais na lavoura, mas diz não gostar muito desse tipo de trabalho; já tinha familiares no Rio Bonito, e aproveitou a oportunidade de trabalho como faxineira, que surgiu na Escola, para se mudar; hoje, além do salário pago pela prefeitura, recebe a bolsa-família.

Eva Pereira da Rocha – tem 26 anos, é casada e tem dois filhos; nasceu e se criou no lugar. “Fiquei dois anos em Minaçu, e voltei e casei. Pensava em sair pra trabalhar, pra não viver igual meu pai.” Com ele, “trabalhava no roçado” para Amador, o fazendeiro antigo proprietário das terras; sente saudade dos tempos de adolescência, quando as pessoas eram mais amigas; hoje trabalha com o marido na lavoura e na criação de animais, e adora as festas populares da região.

Marilene Marques de Souza – tem 31 anos, é casada, tem 4 filhos e é evangélica; nasceu no lugar, quando os pais eram agregados na antiga fazenda. “Nasci aqui e gosto daqui, nunca tive ideia de sair.” Trabalha no campo com o marido e faz artesanato; a renda familiar provém da bolsa-família e de serviços que o marido presta a terceiros.

Paloma Cardoso – tem 14 anos, está há 9 no Assentamento; mora com o pai, ex-presidente do Assentamento, a esposa dele e dois irmãos; o tio, que já morava no lugar, os convidou para a vizinhança, onde se estabeleceram, e atualmente criam gado; acompanhou de perto a luta por cidadania do pai e outros moradores, e já se posiciona criticamente sobre os aspectos que os rodeiam; depois de um ano sem estudar, precisou de se deslocar para Brasília, onde passa o período letivo com uma tia. “Prefiro morar na cidade, tem mais oportunidade que aqui”, ela diz.

Cantuária Francisco Maia – tem 52 anos, 13 filhos e é casada; nasceu e se criou na região; veio de uma comunidade vizinha, o Morro Redondo, cuja localização dificultava a vida do pai, portador de necessidades especiais; depois de se casar, aos 12 anos, e da morte dos pais, achou melhor morar na área que hoje é o Assentamento, por ter ali maior acesso aos bens de que precisam. “Lá (no Morro Redondo) era muito difícil, só era serra, meu pai era aleijado dos pés e das mãos. Aqui tem transporte. Se precisou, pode fretar um carro. A serra era muito feia.” Depois da mudança, trabalhou nas fazendas, até que surgiu o Assentamento; o trabalho no campo é dificultado por problemas na saúde, e a principal fonte de renda é a bolsa-família.

Flávia Cristina de Lima – tem 41 anos, é casada e não tem filhos; mora no Assentamento há 14 anos; veio de Minaçu, município vizinho, onde vivia com o marido em uma fazenda ilhada pelo Rio Preto, aonde só chegavam de barco, e o ponto de ônibus mais próximo distava 45 km; devido a essa dificuldade de acesso, decidiram se mudar para Rio Bonito, onde já morava um cunhado. “Gostei muito da ideia. Só falta o peixe, mas tem muita água, e a terra é boa”. Nunca receberam auxílios do governo. “Nós vivemos do braço mesmo”, conta.

Benedita Gonçalves dos Santos – tem 47 anos, 4 filhos e é casada ; nasceu no lugar, mas foi ameaçada pelo primeiro fazendeiro que chegou; apresentou resistência à ordem de despejo, até o momento em que o poder público armado forçou a saída da família; com a desapropriação, voltaram, mas deixaram os filhos na cidade para estudar e trabalhar; hoje, trabalha na lavoura e cria um “gadinho”, e confecciona bolsas de palha de milho, que são referência para as amigas; a bolsa-família e a venda de bezerros são a fonte de renda para a família.

Aldeí Gonçalves dos Santos – tem 57 anos e mora com o marido; nasceu no lugar, mas foi para Goiânia com a avó quando era ainda bebê; com 8 anos, mudou-se para Brasília; voltou para Cavalcante aos 47 anos; fez o 1º grau completo.

Durreis Gonçalves dos Santos Sobrinha – tem 32 anos, dois filhos, e é casada; nasceu em uma região muito próxima de Rio Bonito. “Só saí detrás do morro pra vim pra frente”, ela conta; estudou até o 9º ano; sua principal fonte de renda é a bolsa-família.

Maria Cleusa de Jesus Pereira – tem 65 anos, duas filhas, e é casada; mora há 13 anos no Assentamento. “Cheguei aqui e achei tudo bonito...” Veio do Espírito Santo, “acompanhar o marido atrás de uma terra pra cultivar”. A principal fonte de renda é a aposentadoria; nunca estudou, mas sabe ler e escrever “um poquinho”.

Maria Angélica Pereira – tem 72 anos, é casada, tem três filhos; mora há 16 anos em Rio Bonito, e veio de um sítio, “sem documento”, de Mato Grosso; vive um impasse no lugar, que não atende às suas necessidades básicas. “A gente já trabalhou muito, agora tô com vontade de sair embora, encontrar meus filhos, que eu tô doente...”

5.1 Trabalho, produção e renda sob a perspectiva de gênero

Deficiências graves em infraestrutura atravancam o desempenho da produção e comercialização em Rio Bonito. Embora a carência de infraestrutura afete o conjunto dos moradores dos domicílios rurais, elas atingem especialmente as mulheres por ser a moradia um dos espaços importantes do trabalho realizado por elas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006)

A ausência de uma rede de energia elétrica inviabiliza o processamento, armazenamento e beneficiamento de produtos, principalmente aqueles derivados do leite, e é inviável escoar o pouco que produzem, uma vez que os 40 quilômetros de estrada para centro de Cavalcante se encontram em péssimo estado de conservação, com pontes quebradas ou inexistentes, o que exige a travessia por dentro dos rios.

A falta de maquinário e tecnologia para plantio e colheita faz com que o trabalho braçal seja a única forma de praticar a agricultura, pois o único trator disponível no lugar o é da prefeitura, cujo preço de uso (gasolina e hora do tratorista) é inacessível para a maioria dos

moradores. Esta limitação é tangente á citada lacuna de gênero apontada pela FAO, quando afirma que uma das razões para a agricultura em países em desenvolvimento ser de baixo desempenho é a falta de recursos e oportunidades para as mulheres tornarem mais produtivo o uso do tempo (FAO, 2001). Neste cenário, se conforma uma agricultura de subsistência, importante para a qualidade de vida local, mas que subtiliza o potencial socioprodutivo da agricultura familiar.

É comum o envolvimento das mulheres no plantio de mandioca, inhame, cará, feijão, amendoim, café, abóbora, variadas hortaliças e espécies frutíferas, ainda na coleta de algumas frutas do Cerrado e na criação de galinhas e porcos. Porém, como afirmam Butto e Leite (2011), até mesmo a produção desses alimentos pelas mulheres é invisibilizada, por ser uma atividade feminina que se realiza nos quintais.

A bolsa-família aparece como a principal fonte de renda, mesmo quando a criação de gado é considerada a maior atividade produtiva. São, em média, R\$70,00 mensais para uma família, que, na percepção de Benedita, “ajuda, e muito”. A produção de pequenos animais também dificilmente se converte em renda, como conta Cantuária: “Nós só come, não vende nem um frango”. Apenas Flávia e Maria Cleusa não são beneficiárias da bolsa família. Maria Cleusa recebe aposentadoria. Dessa forma, políticas públicas de acesso aos direitos sociais são fundamentais para as assentadas de Rio Bonito. BUTTO e LEITE (2011) indicam a aposentadoria Rural e a Bolsa-Família como exemplos de políticas que propiciaram às mulheres o acesso direto a recursos monetários e, porque não dizer, um reconhecimento da sua cidadania, com sua saída do “anonimato”.

Castro e Abramovay (1997) ressaltam a relação entre meio ambiente, trabalho e saúde, tendo como referência mulheres trabalhadoras rurais em condições de miséria e de trabalho de risco para a saúde, como as quebradeiras de coco, que carregam muito peso e têm muitos filhos, e que lidam de forma inadvertida com agrotóxicos e venenos. O mesmo acontece em Rio Bonito, onde as mulheres têm muitos filhos, o trabalho braçal é intenso e o serviço público de saúde muitas vezes inacessível. Somado ao abandono do campo pelos jovens, agricultores envelhecem e o aparecimento de doenças comprometem o trabalho no campo. Cantuária conta que a maior parte dos alimentos consumidos é comprada em Cavalcante, “porque nós não dá conta de trabalhar... A gente tem problema de saúde e não consegue trabalhar pra mode arrumar as coisas”.

Um fator motivador para a sustentabilidade do trabalho para as mulheres, são as sementes *crioulas*⁶ - sementes nativas e cultivadas por gerações pelas famílias de Rio bonito. São deixadas de mães e pais para filhos, e circulam na região em trocas e doações entre os moradores. A diversidade na agricultura praticada, mesmo com todas as dificuldades, supre boa parte das necessidades alimentares locais, sendo fundamental para a segurança e soberania alimentar. Marilene conta: “quando colho muito, compro pouco... Às vezes, colho a maioria...” Eliene diz que compra apenas o “açúcar, óleo, os ingredientes pro bolo”.

A criação de gado é parte da cultura local, e na perspectiva dos moradores uma atividade produtiva mais rentável e prática, enquanto a lavoura despende mais esforço e energia. Porém, a abertura de pastagens está associada a queimadas e aparecimentos de erosões, inclusive em Áreas de Proteção Permanente do Assentamento. Pâmela explica que optam pelo gado “porque no braço não dá pra limpar a roça”. Quando há procriação, a venda de bezerros assume maior importância na composição da renda. Contudo, a venda é um evento esporádico, e na prática o gado não proporciona retorno econômico significativo, como demonstra a fala de Benedita: “O gado, ele dá mais dinheiro, só que é de um ano em outro que a gente tem bezerro”. Durreis complementa: “vende só um por ano”, essa é a situação para a maioria dos moradores. Eva afirma: “tem tempo que não vendo, esse ano mesmo nós não vendeu não, só comprou.”

São dificuldades para escoar a produção, além do problema de má conservação das estradas e ausência de pontes, a ausência de um mercado consumidor que absorva os produtos. Muitos comerciantes de Cavalcante preferem comprar de produtores maiores a preços reduzidos. Outra dificuldade é fechar um contrato com abastecimento regular de alimentos aos comerciantes, já que a produção oscila pela falta de recursos para trabalhar. Os relatos das mulheres ilustram a dificuldade de comercializar: “é muito difícil pra vender, quando vende é aqui” (Eva); “Vendo muito pouco, às vezes aqui ou em Cavalcante, mais milho e amendoim. É difícil transportar e levar pra cidade” (Eliene); “Uma vez levamos as laranjas pra Cavalcante, mas não conseguimos vender” (Maria Cleusa).

Com a elaboração do *mapa de produção*, adaptado do modelo de DRP e do Manual de Formação em Gênero da Oxfam – participando 3 homens e 6 mulheres –, identificou-se que a

⁶ A semente crioula, historicamente adaptada às mais diversas condições “edafoclimáticas” pelos camponeses e pelos povos indígenas, dá a eles a possibilidade de implantar modelos de produção e formas de organização do trabalho familiar e/ou comunitário, que lhes permitem obter autonomia perante as políticas públicas e as empresas oligopolistas de sementes e de insumos, assim como se inserirem eficazmente nos mercados de produtos agrícolas (Carvalho, 2003).

maioria que atua na comercialização e administração dos recursos são os homens. Apesar das mulheres envolverem-se em muitas atividades, as mais rentáveis são desenvolvidas por homens, o que conforma-se como uma restrição a sua autonomia. Em geral, seu acesso a uma atividade remunerada é restrito seja pelos costumes, que impõem a autorização de algum homem da família (pai, marido, tio ou irmão), seja porque são menos escolarizadas, seja porque as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos.

As falas demonstram a igualdade nos processos de decisão em alguns casais, e a submissão da mulher em outros. Benedita explica sua situação: “Quem vende é o homem. Eu já vendi mas eu não gosto, só vendo na última hora”. Já Durreis afirma sua total ausência na gestão do dinheiro: “O homem que vende, o homem que consome tudo”. Aldeí e o marido lidam individualmente com os recursos: “Quando o gado é meu, o dinheiro é pra mim; quando é dele, o dinheiro é pra ele”. Aldo de Souza divide a tarefa com a esposa Marilene: “Ambas parte, eu vendo e nós controla”. Em todos os casos, identificou-se que a mulher é a responsável pela compra de suprimentos para o lar e para a família, como roupa e calçado.

As informações que chegam aos moradores, pelos funcionários do INCRA, sobre os entraves para acessar as linhas de crédito e energia elétrica, são confusas e contraditórias. Essas informações fundamentam-se em dois argumentos principais, o primeiro e mais difundido é a reprovação do PRA-Rio Bonito⁷ – documento que acompanha a criação do Assentamento, com o diagnóstico ambiental, caracterização socioeconômica, delimitação de terras, medidas de recuperação ambiental e estímulo econômico para a população; o segundo é a situação irregular de muitas propriedades do Assentamento devido à prática de compra e venda por muitos moradores.

No início de 2013, foi anunciado por agentes do INCRA que as moradoras do Rio Bonito teriam acesso ao Pronaf Mulher, uma linha de crédito que poderia fomentar a autonomia das mulheres na liderança de atividades produtivas desejadas. Mesmo um empréstimo muito modesto pode mudar radicalmente a vida de uma família pobre, ao proporcionar o capital de giro para as atividades que permitem uma circulação rápida desse capital (SACHS, 2004, p. 58). As agricultoras poderiam enviar os projetos com propostas de

⁷O Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Rio Bonito foi elaborado em 2006 pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás, e seria o principal instrumento de planejamento da aplicação de recursos do Pronaf. Contudo, não foram identificadas as Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), que, somadas a possíveis outras debilidades, resultam em sua reprovação pelo INCRA.

atividades produtivas individualmente ou organizadas em grupos de três ou cinco. Foi o início de uma série de especulações na comunidade a respeito do financiamento, incompreendido pelas mulheres em todo o processo. Aldeí diz que “se fosse menos burocrático, seria melhor”. A última informação obtida com o presidente da Associação, no fim de 2013, era de que o dinheiro já tinha sido transferido para a conta da Associação, mas aguardava autorização do INCRA para liberação.

A aplicação do recurso foi previamente planejada junto a projetos para compra de uma vaca leiteira, galinha poedeira ou frango. Em seguida, a informação que chegou às mulheres era de que o recurso seria apenas para criação de galinha, o que provocou descontentamento, “porque tem umas mulheres que querem uma coisa, outras já querem outra”, afirma Eva. A elaboração dos projetos não contou com a participação das mulheres, e muitas não se sentiram contempladas pela a proposta. Por fim, foram, em média, 12 projetos para criação de galinha, com a expectativa de um financiamento de R\$3.000 reais, a serem pagos em parcelas de R\$150,00 mensais. Butto et all (2014) explicam que a divisão sexual do trabalho, com atribuição de uma dupla jornada de trabalho às mulheres, limitam seu tempo para participação em espaços coletivos de informação. Assim como em Rio Bonito, as autoras apontam a falta de informação como a principal causa para o não acesso ao Pronaf Mulher, e falam que isto contrasta com o motivo identificado pelo Censo Agropecuário de 2006: medo de contrair dívidas. A não participação das mulheres no acesso ao Pronaf coloca também o projeto a ser financiado em risco, considerando que para estratégias de desenvolvimento serem eficazes

...devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento.” (SACHS, 2004).

A ferramenta de DRP, Fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças – FOFA (VERDEJO, 2006), contribuiu para o processo de organização comunitária e diagnóstico da situação, em especial das mulheres. Consistiu, inicialmente, na representação gráfica no chão de terra batida, com discussão posterior, das *fortalezas* – fatores internos do grupo que contribuem para seu melhor desempenho, dos quais deve-se tirar vantagem; *fraquezas* – fatores internos do grupo que influem negativamente sobre o desempenho, os quais devem ser eliminados; *oportunidades* – fatores externos que influem ou poderiam influir positivamente

no desenvolvimento organizativo do grupo, sobre os quais, porém, o próprio grupo não exerce controle, mas devem ser utilizados; *ameaças* – fatores externos que influem ou podem influir negativamente sobre o desenvolvimento organizativo do grupo, sobre os quais o próprio grupo também não tem controle. Homens e mulheres participaram da atividade, e um mediador escreveu e desenhou as informações no chão. O resultado está sistematizado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Matriz de organização comunitária

Matriz de organização comunitária – Comunidade Rio Bonito	
Fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças – FOFA Na percepção das agricultoras e agricultores de Rio Bonito	
Fortalezas	Oportunidades
Água	Pronaf Mulher
Solo fértil	Energia elétrica
Mata	Posto de saúde
Coragem e disposição	Formação de 1º e 2º Graus na Escola
Saúde para trabalhar	Jegue para atravessar o rio
União e amizade	Agrofloresta
Cachoeiras e águas térmicas	Agroextrativismo
Criação de gado	Apicultura
Frutas do quintal e do Cerrado	Turismo rural
Grupo das mulheres	Sinalização no Assentamento e nas estradas
Fraquezas	Ameaças
Desunião	Pronaf
Fogo no Cerrado	Desinteresse do poder público
O gado em relação às APPs	Promessas não cumpridas pelo governo
	Pontes quebradas ou inexistentes
	Crianças abandonando o Assentamento
	Distância entre as parcelas
	Crianças abandonando o assentamento

Fonte: o autor

Configura-se uma realidade onde a ameaça principal é representada pelo poder público, através da imagem do Estado ou mais especificamente do INCRA. Ressalta-se assim a importância do Estado democrático, na formulação de ações que reconheçam a desigualdade de poder entre homens e mulheres, bem como na implementação de políticas específicas destinadas ao fortalecimento das mulheres que, como coletivo social, estão em situação de subalternidade na sociedade (Andrade, 2007). O descompromisso do poder público local, que fortalece o vínculo de dependência dos assentamentos à prefeitura e agentes de Assistência

Técnica e Extensão Rural (Ater), conformam um quadro debilitado em relação a cidadania de uma forma geral. E a estrutura da organização cultural familiar dificulta o empoderamento da mulher para que possa compreender o sistema político e acessar os programas da agricultura familiar. Nas estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os “membros não remunerados” da família. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres (Butto e Dantas, 2011).

A união é identificada nas fortalezas, assim como a desunião, nas fraquezas. “É raro aqui, mas tem”, Aldeí explica. Em acordo, concluiu-se que é necessário superar a individualidade que permeia as práticas produtivas e organizativas locais, uma vez que se reconhece a importância da união e cooperação para a resolução de problemas. O grande distanciamento entre as propriedades surgiu como um problema que dificulta a união, que dificultaria o trabalho em mutirões, por exemplo. As fortalezas - água abundante, presença de cachoeiras e águas termais, disposição e saúde para trabalhar, grupo das mulheres - se mostram associadas ao acesso às oportunidades, que não dependem de terceiros: agrofloresta, agroextrativismo, apicultura, turismo rural.

O Pronaf é uma política importante para a efetivação ao crédito às mulheres rurais. Ele foi uma resposta às fortes demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres do campo, visando à necessidade de as mulheres serem consideradas como sujeitos autônomos e não apenas como parte de uma relação familiar representada pelos maridos (Faria, 2009, p. 22-23, apud Brumer e Spanavello). Contudo, em Rio Bonito, foi observado que acesso ao Pronaf veio por meio de agentes externos de ATER, homens, com a imposição de projetos para as mulheres, sem a informação sobre o programa e seu funcionamento. Dessa forma, foi identificado como oportunidade, à medida que pode se converter em dinamismo econômico e geração de renda para as mulheres, mas também como ameaça, como contou Benedita: “O Pronaf Mulher é oportunidade escolhida por eles lá, porque a gente quer uma coisa e eles querem outra, eles falam o que eles querem, não o que a gente quer”. Assim, muitas mulheres deixam de participar, e outras participam sem empolgação ou desejo para trabalhar com a atividade para elas determinada.

O turismo rural é uma oportunidade reconhecida pelas mulheres, inicialmente apontada por Aldeí, que idealiza o trabalho com turismo no Assentamento e em sua propriedade. “Na minha área tem mais ou menos duas cachoeiras, porque não tá propriamente na minha área, mas tá mais perto da minha do que da outra, e ela nem toma reconhecimento

disso; sabe que tem mas num se preocupa. Mas se chegar alguém que quiser pagar, eu tô prontinha pra receber”, relata Aldeí. O gado surge como fraqueza, quando se faz necessário abrir pastagem na serra ou ocupar outras áreas de proteção permanente (APP), e as mulheres reconhecem este problema quando são questionadas sobre o impacto da criação de gado para o turismo rural.

Foram propostas também algumas ações pontuais para a resolução de problemas. Sobre o embate entre turismo rural e gado, Aldeí falou: “Uma solução menos radical é diminuir, manter só umas cabecinhas de gado pro leite, e continuar a mata mais protegida”. Como ações a curto prazo para o turismo, as mulheres identificaram a necessidade de: organização básica para recepção de turistas, com a sinalização do Assentamento nas estradas, a divulgação do lugar e a abertura de trilhas interpretativas para as cachoeiras. Sobre o problema da falta de pontes, Cantuária sugeriu a compra de um jegue para atravessar os rios: “Na hora que chover, acabou... Pode comprar um jegue, pra quando precisar ir pra cidade, ter um jeguinho.” E o fogo foi indicado como uma fragilidade que precisa ser eliminada. “O fogo acaba tudo com os frutos do Cerrado, acaba a mangaba, o pequi, o caju”, diz Benedita.

O grupo de mulheres é identificado como uma fortaleza, o que demonstra o reconhecimento de sua importância na realidade atual a partir de resultados já alcançados. Contudo, é notável ainda a dependência com a Universidade para a sua continuidade. Já no final do projeto, Eva afirma: “Podia arrumar outra coisa pra nós (mulheres) trabalharmos em grupo”. Benedita relatou: “quando a gente começa a conhecer as pessoas, aí para de vir. Depois que eles terminarem a formatura deles, vão esquecer nós”. O sentimento de abandono e de utilitarismo está associado às experiências negativas com outras instituições, que iniciaram projetos, muitas vezes sem nenhuma relação com a realidade local, e que não concluíram.

A organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização (BUTTO e DANTAS, 2011). Em Rio Bonito, o saber feminino é parte de uma formação específica de organização social, caracterizada pelo uso dos recursos naturais e do trabalho no campo associados à atividade doméstica. Esse saber está associado à resistência da cultura tradicional frente à pressão do esvaziamento da “modernidade”. Trata-se de um universo econômico que é gerador de valores muito particulares, muitas vezes não

monetários, que se mostram fundamentais para a formação identitária e autoestima, aspectos fundamentais para as mulheres permanecerem no campo.

A rotina diária das mulheres segue um padrão: Às seis da manhã, o café precisa estar pronto e as camas arrumadas; às seis e meia, mandam os filhos para a escola; às sete, cuidam dos animais e da horta; às oito, colocam o feijão no fogo; às oito e meia, lavam as roupas, muitas vezes no rio, voltam para casa e finalizam o almoço, que precisa ser servido às onze; após o almoço, lavam as panelas, arrumam a casa e vão para o campo às duas da tarde, onde quebram o milho, colhem o café ou ainda cuidam do gado e da lavoura; voltam para casa para preparar a janta, lavam a louça novamente, e às oito horas da noite vão dormir. Estas informações revelam que as mulheres passam tanto tempo nos serviços da casa e do quintal quanto no campo. Há também as que prestam serviços a terceiros para complementar a renda. Eva relata: “Trabalho na roça, ajudo meu marido um pouco, arrumo a casa de alguém, lavo a roupa, essas coisas assim”.

Analisando as atividades produtivas do Assentamento de acordo com a distribuição de gênero, há a participação de homens e mulheres em todas as atividades praticadas, menos na produção de artesanato, que é de exclusividade feminina (ver tabela 3).

Tabela 3 - Matriz de Distribuição de Tarefas entre Homens e Mulheres

Matriz de Distribuição de Tarefas entre Homens e Mulheres		
Tarefas	Mulheres	Homens
Agricultura	-	+
Horta	+	-
Gado	-	+
Galinha	+	-
Porco	+	-
Artesanato	-	
Remédio do mato	+	-
Tarefas domésticas	+	

Legenda:

Participa da atividade

Não participa da atividade

Emprega muito tempo na atividade

+

Emprega pouco tempo na atividade

-

Fonte: O autor.

Na economia rural, a divisão sexual do trabalho é marcante, e se faz necessário discuti-la. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o consumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento (Butto e Dantas, 2011). Embora as mulheres sejam detentoras de conhecimentos mais profundos sobre os usos e propriedades dos elementos da natureza, elas têm menor acesso aos bens naturais e aos recursos financeiros e esse fator repercute na ausência de/ou menor acesso à terra e à renda (Butto et. al., 2014).

Em Rio Bonito, são de responsabilidade feminina o cuidado da horta e o uso dos remédios do mato, com existência de alguma participação masculina. Porém, quando é necessário sair do espaço doméstico para buscar plantas, os maridos podem se opor. “Eu busco e ela prepara, porque a maioria do remédio do mato é do campo, e jamais eu vou deixar minha princesa ir pro campo sozinha, né?”, diz Geraldo, marido de Eliene. Para provar o contrário, Benedita afirma: “Mas eu mexo com aqueles campos velhos lá sozinha”. O argumento dos homens era insistente: “Mas conforme o serviço, porque se uma mulher vai subir aquela serra, ela vai dois dias e passa uma semana de cama, não aguenta, e o homem fica dez, quinze, vinte dias. Porque tá acostumado e é mais forte”, disse Aldo.

As mulheres dedicam mais tempo para o cuidado dos porcos e galinhas, apesar dos homens também ajudarem. “Lá em casa, quem faz o poleiro é o homem, quem cuida das galinhas é a mulher”, conta Aldo de Souza. Benedita, não se envolve com a criação desses animais, por uma crença pessoal: “Lá em casa, quem cuida das galinhas é meu esposo, porque, se uma tiver pra deitar, e eu pegar nos ovos, não sai nenhum. E se eu tiver uma galinha, também, ela não rende, não passa de uma não, isso se ela não morrer logo.” Eva divide esse trabalho com o marido: “Lá em casa, não tem puleiro não, mas é os dois que cuida, coloca o milho, coloca pra chocar.”

A justificativa do homem para a divisão das tarefas se baseia na falta de uma predisposição genética/física da mulher para ir trabalhar no campo, seguindo o estereótipo da “princesa” - mulher frágil que precisa ficar cuidando da casa, o que é refutado na própria comunidade, pela Eliene, pela Benedita e por outras mulheres que coletam plantas na serra e realizam outras atividades ditas masculinas, como criar o gado. Os homens tendiam também a controlar a fala das mulheres, reprimindo-as, o que exigiu a mediação para motivar a

participação feminina nos espaços da pesquisa onde ambos os gêneros atuavam juntos. Durante uma entrevista com um casal, a mulher disse: “Eu não sei nem como é que fala, fala aí um pouco...”. Com a insistência, ela responde, mas logo o marido intervém, com a justificativa: “Ela não sabe falar direito”.

Os moradores homens afirmavam que, por dedicarem menos tempo no campo, as mulheres “trabalham pouco”, e os serviços com o gado e com a lavoura passam a ser concebidos como mais masculinos. E a invisibilidade se manifesta também na não remuneração dos serviços executados por mulheres, como exemplifica a fala de Cantuária: “Se eu pegasse em dinheiro, hoje, ao menos em nota de dois reais, o tanto que já trabalhei em roça, eu não precisava fazer mais nada de hoje em diante”. Essa análise demonstra o não reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto no campo, quanto nos quintais ou artesanato.

Estas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários. Com isto, também não é considerado como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui, como todos os outros, para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via venda (HEREDIA e CINTRÃO, 2006, p.4)

Uma constatação importante é o quadro de fragilidade na saúde das mulheres, resultante de um histórico de esforços desmedidos no trabalho, incluindo a criação de muitos filhos. Benedita diz que já trabalhou muito com gado no passado, “mas agora que eu adoeci, não dou conta não”. Cantuária tem 51 anos e 13 filhos e também não consegue mais trabalhar como antigamente. Tem diabetes, colesterol alto e pedra na vesícula; em vários momentos em que foi visitada encontrava-se sentindo mal. Darcy Gonçalves dos Santos tem 68 anos e 8 filhos; enquanto passava gasolina nas pernas muito inchadas, para aliviar a dor de origem desconhecida, contou que vende farinha e às vezes queijo no Assentamento. A Fala de Benedita ilustra essa situação, e demonstra sua clara compreensão sobre a divisão sexual do trabalho.

Eu, em antes de eu casar e depois de eu casar, eu pegava junto com o marido cedo, largava pra almoçar, pegava meio dia e largava de noite, a semana todinha. Nós vamos tendo filho, vamos ficando com a cabeça mais atormentada, envelhecemos mais rápido e acaba as forças também. Não é que um é mais fraco, é que eles decidiram que o homem vai fazer o serviço do homem e a mulher vai fazer o serviço da mulher.

5.2 Incentivo socioprodutivo ao artesanato, aos remédios do mato e ao uso das sementes crioulas

Foram temas centrais de trabalho no projeto o incentivo à produção de artesanato, ao uso medicinal das plantas do Cerrado e ao uso das sementes crioulas. São temas voltados para a apropriação dos recursos e valores locais, presentes no conceito de “reapropriação social da natureza”, de LEFF (2002). Em diálogo com as especificidades de gênero, a economia solidária e feminista deve contemplar o que FARIA (2011) postula como desafio: alcançar o questionamento da divisão sexual do trabalho, além do envolvimento dos princípios compartilhados, como os da solidariedade, da redistribuição e reciprocidade.

Todas as atividades desenvolvidas foram sugeridas pelas mulheres, a partir de suas experiências e vontades. Inicialmente, o grupo surgiu para trabalhar com o artesanato. Dona Alvina contou que após uma capacitação do SENAI (Serviço Nacional da Indústria) cerca de quinze mulheres produziram juntas bolsas de palha de milho e utensílios com bucha vegetal, tais como *colhezeiros*, buchas de banho, cintos e carteiras. Elas encerraram as atividades quando entregaram os produtos, ainda na primeira remessa, para uma comerciante do município que nunca retornou o dinheiro das vendas. Marilene conta que gostou da experiência: “É bom, a gente aproveita muita coisa”. A disposição das mulheres para trabalhar em grupo novamente, agregando também novas participantes, foi a força propulsora deste trabalho de conclusão de curso.

O conceito de economia solidária foi trabalho entre as mulheres na penúltima atividade, tendo como referência a trajetória do grupo citando os esforços para o trabalho coletivo, para o compartilhamento de conhecimentos e ajuda-mútua, para o protagonismo feminino nas atividades. Também foi exibido um vídeo das quebradeiras de coco do Pará, que trabalham em grupo para colher e comercializar subprodutos de um coco muito semelhante ao Indaiá – presente em Rio Bonito.

A primeira ação foi o estímulo para a troca de conhecimentos entre as participantes para que todas pudessem produzir a bolsa de palha de milho. Surgiram conflitos quando uma das participantes resistiu a transmitir os conhecimentos sem cobrar, mas em cerca de um mês se sensibilizou com os esforços das companheiras, que passaram a se encontrar semanalmente, e logo abriu as portas de sua casa. Esta solidariedade entre as mulheres é fundamental para a continuidade do trabalho, considerando que a falta de união fragilizou o

grupo na outra inicia, como conta Dona Alvina: “o grupo da palha não deu certo por causa da desunião”. A partir março de 2012 as mulheres passaram a se reunir para produzir e trocar conhecimentos sobre o artesanato com a palha. Foram em média oito mulheres que passaram a se reconhecer como grupo. “Não é fácil trabalhar com artesanato, até você falar: eu sei fazer. Mas com certeza vale a pena”, disse Eliene. A iniciativa com artesanato contou com a parceria de duas artesãs para incentivar e dinamizar a produção, incluindo novos itens além das bolsas de palha, e conversar sobre organização socioprodutiva e comercialização.

Léo Stinghen, arte-educadora de Curitiba, ministrou uma oficina de tricô com o uso de sacolas plásticas e retalhos de tecido, e confecção de brinquedos com o uso de garrafa PET, retalhos de tecido e caixa de leite. Léo auxiliou também no aprimoramento da técnica de costura, com aquelas que já tricotavam. Participaram em média oito mulheres e oito crianças. A outra artesã parceira é Fatinha Olhos D’Água, de Olhos D’Água de Goiás; especialista em arte com palha de milho. Realizou uma oficina de flores de palha e acabamento das bolsas de palha. As mulheres levaram as palhas secas de milho e aprenderam sem dificuldade tudo o que foi proposto. Uma ideia inicial foi articular o grupo com a loja do Programa de Artesanato Brasileiro – PAB, de Goiânia, que comercializaria os produtos e depositaria o valor total das vendas na conta das mulheres.

As mulheres se fortaleceram como grupo a partir do trabalho com artesanato e relataram o bem estar propiciado com a atividade. Porém, não produziram mais as flores. Uma das dificuldades relatadas por elas foi a dificuldade de encontrar um produto indicado para colorir a palha. Começar a encaminhar os produtos para Goiânia se mostrou ainda difícil por ausência de transporte, e por fim, muitas vezes as mulheres não tinham tempo para se dedicar ao artesanato. “Eu gosto demais de lidar com a palha, eu amei. Aqui em casa vem bastante gente, aí as pessoa vê e gosta. O problema é o tempo”, relatou Eliene.

A dificuldade em se dedicar a uma atividade produtiva escolhida voluntariamente pelas mulheres é reflexo das assimetrias de gênero citadas neste trabalho, expressas na divisão sexual do trabalho e na invisibilidade do trabalho da mulher (Castro e Abramovay, 1997). As mulheres são sobrecarregadas com trabalhos ditos femininos, que não são remunerados, e não conseguem se dedicar a outros projetos. Somam-se também problemas com a infraestrutura que afetam especialmente as mulheres (Heredia, 2005), como a falta de estrada em bom estado e transporte para comercialização fora do Assentamento. Flávia relatou: “Eu tô meio parada, mas gosto demais de mexer... Eu tô com reumatismo agora, aí me prejudica um pouco

mexer com tricô e palha”. Ainda assim, Eliene, Flávia, Benedita e Durreis assumiram um ritmo de produção mais constante, trabalhando individualmente e vendendo para pessoas que chegam ao Assentamento.

5.3 Mapeando e reconhecendo os saberes tradicionais – “O posto de saúde é no Cerrado”

A dinâmica seguiu direcionamentos do Manual de Formação em Gênero da Oxfam (WILLIAMS, 1999). Foram trabalhados elementos das memórias sobre o uso medicinal do Cerrado, o conhecimento das parteiras e *raizeiras*, receitas de remédios e a leitura da cartilha “Saberes fazeres tradicionais do Cerrado: a experiência de Dona Flor” (RODRIGUES et al., 2011) e Saberes e fazeres tradicionais do Cerrado: sabão de tingui (*Magonia pubescens*) (SARAIVA, R.; NOGUEIRA, M.; CRUZ, T., 2012). Após o trabalho teórico sobre a tradição no Cerrado, realizou-se a visita à casa de Dona Flor, a 104 km de Rio Bonito, para uma troca de conhecimentos entre as mulheres do Rio Bonito e Dona Flor, *raizeira* e *parteira* do povoado de Moinho, reconhecida no universo popular e acadêmico.

Na dinâmica *Teia do Cerrado*, cada mulher foi convidada a se imaginar como uma planta do Cerrado e a se descrever como tal, para que o restante do grupo pudesse descobrir qual era. Aquela que acertava puxava uma ponta de um novelo de lã e continuava a brincadeira. Foram resgatadas memórias, partilhadas histórias, e as mulheres mostraram-se estimuladas a continuar as atividades com os remédios do mato, o que teve prosseguimento com a visita a Dona Flor, em Alto Paraíso-GO. A formação de uma teia com a lã gerou uma discussão sobre a importância do trabalho coletivo e da conexão de histórias de vida e dos conhecimentos.

A prática medicinal com as plantas do Cerrado é de grande importância para o universo cultural e cuidados da saúde em Rio Bonito. Os remédios do mato são utilizados com frequência e muitas vezes são a única opção. “A dor no peito só melhora quando tomo olho de pau (copaíba)”, diz Cantuária. O aprendizado sobre esse universo veio com moradoras antigas e é associado também ao divino: “Eu pego e vem aquele pensamento... Aprendi sozinha. Os remédios de mato dá mais certo que de farmácia. Com 19 anos eu comecei a usar remédio de mato, eu que fazia. Deus mostra pra gente qual é as coisas que nós pode usar” (Cantuária). E no Cerrado se formam identidades femininas, as práticas e conhecimentos das

raizeiras e farinheiras: “A gente faz farinha... Eu e Santana somos as melhores farinheiras aqui dentro.” (Benedita); “Eu e Alvina somos a melhores raizeiras deste lugar.” (Cantuária)

Mãe Dominga, falecida em 2012, é uma grande referência para as mulheres, era raizeira e parteira. Alvina conta que não sabem fazer parto como Dominga, que a criou, sabia, que só cuidam do neném depois de nascido:

Parteira sim, pra causo se a mulher tá com o neném atravessado na barriga aí eu não sei pra virar ele... Ela sabia, ela benzia e mexia na barriga da mulher, o neném virava, vinha normal. Agora, se ela for feliz e ganhar rapidinho, depois do neném nascido, a gente sabe resolver.

Alvina conta que as mulheres perderam a vontade de aprender a fazer parto na roça porque o trabalho das parteiras na região foi proibido por autoridades, e ficaram com medo de ter filho e de realizar partos na roça. Explica que o parto com uma parteira é melhor “ porque o parto duma mulher na roça é outra coisa, é mais protelado. Aqui, a mulher sai do parto é com três dias; no hospital, ganha cedo, no outro dia já sai”. Conta que, após três dias do parto na roça, a mulher está preparada para preparar o café e dar banho no bebê.

Foram identificadas diversas espécies e receitas utilizadas no lugar, associadas a muitos relatos de cura. Alvina descreve a garrafada para tratamento de inflamação. É um composto de *barbatimão*, *cabelo de nego*, *jatobá*, *caju do cerrado*, *pé de perdiz*, *bureré*, *douradinha*, *carobinha* e *sangue de cristo*. “A mulher ia arrancar o útero. Bebeu três garrafas e foi no médico, estava sã.” Para gripe, Alvina indica o o óleo de pequi, que deve ser cozido até soltar o óleo na água. Cantuária indica o *velame branco* como depurativo do sangue e anti-inflamatório para ovário e útero. Neusa indica para febre a raiz do *assa-peixe* cozida por dois minutos, colocada junto com o chá de *capim de cheiro* e folha de algodão. Flávia relata que a entrecasca do *pau de óleo (copaíba)* “sarou a próstata do homem que tomou”. Conta que deve-se ferver a casca e beber uma colher de chá duas vezes por dia.

Ainda com esse rico relato de experiências, era comum entre as mulheres a afirmação de que “não sabiam fazer os remédios de um jeito certo”. Dona Alvina, ao mesmo tempo em que avalia a pesquisa, expõe essa necessidade: “Fiquei muito importante, muito satisfeita de nós estarmos ficando alerta nos remédios, agora vamos ficar vitoriosas quando soubermos fazer os remédios certinhos, na prática...A gente faz aqui mas a gente não sabe como é que é...”.

O encontro com a Dona Flor promoveu o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos das mulheres de Rio Bonito. Estiveram presentes Neusa, Alvina, Cantuária, Eva e Flávia. Aconteceu na casa de Dona Flor, onde se localiza também sua lojinha de remédios e produtos do Cerrado.

Gente, a gente tem que voltar com essa vida nossa... Eu não tô voltando, tô prosseguindo, porque nunca parei. Esse conhecimento que eu tenho, eu comecei com cinco anos de idade, eu tô com setenta e cinco, e eu quero aumentar, sabe como? Quero passar meu conhecimento pra vocês que são mais jovens que eu.
(Dona Flor)

Houve uma rica troca de conhecimentos sobre técnicas de manipulação de ervas, extração de óleo e azeite de plantas, funções medicinais de várias espécies do Cerrado e produção para comercialização. As mulheres viram na prática como podem se organizar para vender os remédios, como devem embalar e apresentar os produtos e como colocar preço. Dona Flor as incentivou para construir uma farmácia comunitária. “Vocês têm que usar seus talentos, têm que fazer uma farmácia lá, porque este trabalho não tem substituto. Pra aprender, o povo vem de longe, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, vem tudo atrás dos remédios e não tem pra quem quer, porque eu estou só.”

Conversaram também sobre saúde feminina, menopausa, parto e saúde da mulher. Cantuária e Alvina levaram ervas de Rio Bonito, óleo de mamona e uma garrafada. Tudo isso enriqueceu a troca de informações sobre as múltiplas funções medicinais do Cerrado. A história de vida de Dona Flor, mãe de treze filhos, analfabeta, que hoje alcança o reconhecimento por seu vasto conhecimento, emocionou e motivou o grupo.

5.4 As sementes crioulas e Feira de Trocas

Em novembro de 2013 foi promovida a participação do Rio Bonito na Feira de Sementes e Mudas da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso – GO. O evento tem como objetivo fortalecer a rede de conservação, difusão e troca de sementes crioulas e florestais e divulgar as tecnologias e práticas agroecológicas na região⁸. Alvina, Durreis e Aldo de Souza

⁸Mais informações em: <<http://feiradesementesemudas.blogspot.com.br/>>

representaram o Rio Bonito em um estande para exposição e trocas. Essa foi a última atividade com os moradores.

Na Feira, no estande de Rio Bonito, estava uma grande variedade de sementes, muitas que foram enviadas por outros moradores. Cantuária enviou dois tipos de arroz, feijão jaule, milho, azeite de mamona e gergelim. Havia uma grande diversidade de tamanhos e cores de arroz feijão, milho, amendoim. Também tinha açafrão, castanha de coco indaiá e de baru, *garrafada*, café, pimentas, gergelim. Todos fizeram trocas e pequenas vendas. Os moradores presentes trocaram as sementes dos amigos que não puderam comparecer. A participação de Rio bonito, com o apoio do Centro UnB Cerrados, um núcleo da Universidade de Brasília localizado na Chapada dos Veadeiros, promoveu também a sua inserção no circuito da Feira, que ocorre anualmente.

6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Rio Bonito, superar a exclusão social é um desafio que as mulheres enfrentam com a resistência diária de permanência no campo. A geração de valores específicos e femininos surge de uma organização socioprodutiva fortemente relacionada com o Cerrado. Existem valores culturais e simbólicos, fundamentais para a formação de identidade e continuidade do trabalho coletivo. Contudo, a ausência do Estado, sem a implementação de políticas públicas de forma clara e participativa, reforça a exclusão social e de gênero. Através da pesquisa-ação, este trabalho buscou compreender as especificidades sociais e ambientais para intervir com soluções práticas para resolver os problemas identificados tendo como objetivo incentivar a organização socioprodutiva das mulheres, em associação ao uso sustentável do Cerrado e à Economia Solidária.

O acesso ao crédito e assistência técnica é dificultado por falta de informação sobre as políticas de desenvolvimento rural, como o recurso do PRONAF, destinado a projetos idealizados por agentes de Ater locais. Neste contexto, a bolsa família aparece como principal fonte de renda e para as mulheres promove também mais autonomia na sociedade com sua saída do “anonimato”, como explicam SILIPRANDI E., CINTRÃO, C. (2011).

A dificuldade das mulheres para acessar a informação surge na divisão sexual do trabalho, com a atribuição de funções voltadas para o cuidado do lar, enquanto a participação em espaços coletivos de informação fica com os homens. A manutenção de práticas

tradicionais na agricultura é importante para a segurança alimentar das famílias. Porém, as mulheres não conseguem ainda comercializar os alimentos que produzem, nem ampliar a produção. Isto é resultado da divisão sexual do trabalho que se organiza a partir de dois princípios: da separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e hierarquização (o trabalho dos homens é mais valorizado) (FARIA, 2011). As mulheres cuidam da casa e da saúde da família, dos pequenos animais e hortas no quintal e também contribuem na lavoura e no cuidado do gado, quando existe. O trabalho se dá dessa forma pois são atividades que podem ser realizadas nos intervalos de outras obrigações e não exigem, de imediato, investimentos ou novos conhecimentos (SILIPRANDI E., CINTRÃO, C., 2011).

O espaço dos quintais é resgatado como lugar da produção para o autoconsumo, que reflete a melhoria da qualidade alimentar da própria família (BUTTO et al., 2014). Porém, por ser feminino, ele é invisibilizado, não sendo reconhecido como trabalho dentro do próprio Assentamento. Cabe ressaltar ainda que as mulheres agricultoras são maioria entre os “membros não remunerados” da família (Butto e Dantas, 2011), o que compromete sua autonomia pessoal e financeira.

A incorporação das especificidades culturais, sociais e ambientais na perspectiva de um novo arranjo socioproductivo se mostra alinhado com o raciocínio de Leff , que traz o conceito da reapropriação social da natureza, incorporando nesta nova racionalidade produtiva a igualdade, diversidade e democracia fundadas nos potenciais da natureza e da cultura. As práticas femininas trazem o conceito de ecofeminismo de Siliprandi (2000), quebrando o ciclo de dominação da Natureza e de dominação das mulheres por uma formação cultural patriarcal, com ampliação dos recursos naturais junto com ao fortalecimento da autonomia das mulheres.

O questionamento do modelo neoliberal globalizado com o incentivo às iniciativas locais em Rio Bonito, refletindo o pensamento de Zaoual (2006), se mostrou não só pertinente para o empoderamento das mulheres, mas também para a conservação do Cerrado e para o reconhecimento das identidades femininas e camponesas. Sachs (2004) reconhece nessas iniciativas “informais” o desenvolvimento sustentável rural e não só agrícola, o que inclui o artesanato, confecção de remédios do mato e o trabalho com sementes crioulas.

A formação do grupo pelo incentivo ao trabalho coletivo para o artesanato foi um resultado significativo, que contribuiu para o fortalecimento da união e solidariedade entre as mulheres. Foi de grande importância a parceria com as artesãs Fatinha Olhos D`água e Léo

Stinghen para aprimoramento de técnicas e principalmente para o incentivo ao trabalho das mulheres com o artesanato. Apesar de não ter-se convertido em um empreendimento para a produção e comercialização, as mulheres passaram a se reconhecer como um coletivo e abriram espaço para compartilhar técnicas artesanais, conhecimentos sobre o Cerrado, saúde feminina e histórias de vida. Além disso, as mulheres estimularam-se a comercializar individualmente, o que proporciona um retorno financeiro baixo mas com relevante aumento na autonomia delas.

As mulheres de Rio Bonito possuem forte relação com o Cerrado, com práticas que contribuem para a sua preservação. Coletam plantas na serra para produzir remédios e cultivam sementes crioulas repassadas de geração a geração. Ainda assim elas têm menor acesso aos recursos financeiros provenientes das atividades produtivas e aos bens naturais, como pontua Butto e Hora (2014). A roda de conversas com o compartilhamento de receitas e relatos de cura com os “remédios do mato” e conhecimentos de “parto na roça” evidenciaram um vasto conhecimento específico das mulheres, e também a necessidade de fortalecer e gerar novas compreensões para a valorização dessas práticas para o grupo. Neste sentido, o Encontro com Dona Flor promoveu para as mulheres o reconhecimento de que desempenham um papel importante para a saúde da comunidade e em especial para a saúde delas mesmas. E o compartilhamento de conhecimentos evidenciou as identidades femininas do Cerrado, com o auto-reconhecimento como “raizeira” e o resgate da importância do trabalho das “parteiras”.

Foi importante a introdução do conceito de sementes crioulas e seu papel para a segurança e soberania alimentar, para a autonomia de produzir alimentos saudáveis. E por meio da participação na Feira de Sementes e Mudas de Alto Paraíso – GO, foram promovidas trocas culturais, trocas de sementes e a conexão de Rio Bonito com outras comunidades, com turistas da Chapada dos Veadeiros e o fortalecimento do vínculo com a Universidade de Brasília, que contribui na organização da Feira.

Trabalhar a organização socioprodutiva a partir dos conhecimentos femininos locais evidenciou o potencial para geração de renda com sustentabilidade e protagonismo feminino, e a economia solidária foi orientadora nesse processo. A organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização (BUTTO & DANTAS, 2011) e, além disso, percebe-se que nos territórios onde há maior organização das mulheres, amplia-se sua capacidade de intervenção social e de acesso à renda e às políticas públicas (Butto et al.,

2014). Neste processo as mulheres indicaram direções e dedicaram seu tempo para o projeto, abrindo mão de outras demandas. Eliene avalia: “ É Muito bom, desenvolveu muito, nos deu um ânimo”. Alvina foi uma participante ativa, que deu coordenadas importantes para o andamento das atividades, e afirma: “Eu deixei as minhas vasilhas sujas e vim”. Foi importante para a continuidade das ações o fortalecimento do vínculo com a universidade e com a Feira de Sementes de Alto Paraíso. E com as mulheres permanece a dedicação e o anseio para continuar o trabalho coletivo, em uma perspectiva de maior autonomia e igualdade de gênero aliada a conservação do Cerrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **III Feira de Sementes e Mudas da Chapada dos Veadeiros**. Goiás:2013. Disponível em: <<http://feiradesementesemudas.blogspot.com.br/>>

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 1997.

ALBUQUERQUE, José A. M. **A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros**. In: DUARTE, Laura M. G.; BRAGA, Maria L. S. (Orgs.) *Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade*. Brasília: Ed. Paralelo 15, p.223-257, 1998.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010 – **Perfil do Município de Cavalcante, GO** – Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

RIGONATO, V. D.; ALMEIDA, M. G. **A singularidade do Cerrado: a interrelação das populações tradicionais com as fitofisionomias**. EREGEO: Encontro Regional de Geografia: a geografia no mundo da diversidade, 2003. 8 v.

ANDRADE, P.. **A economia solidária é feminina ? Análise da política nacional de economia solidária sob a perspectiva de gênero**, Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BRASIL, **Instrução Normativa Nº38**, 2007. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

BRASIL, **Portaria Nº 981**, 2003. Altera a Norma de Execução SDA nº 29 de 2002.

BRASIL, **Decreto nº 7358**, de 17 de novembro de 2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências.

BRUMER, A.; SPANAVALLO, M. R; **Entre o sonho e a realidade: O crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil**. In: (org. Butto, A. Dantas, I.) *Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília, 2011.

BUTTO, A; DANTAS, I. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania.** In: Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 12, Brasília, 2011.

BUTTO, A.; LEITE, R.. **Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios.** VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

BUTTO, A. et al. Mulheres rurais e autonomia – formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília, 2014.

CAMPOS, J. I.; VALENTE, A. L. . **NORDESTE DE GOIÁS: CERRADO, MISTICISMO E TRADIÇÃO COMO VALORES DE MERCADO.** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre - RS. Sober 47º Congresso, 2009. v. único.

CÁRITAS BRASILEIRAS; **Desenvolvimento Solidário e Sustentável.** Org.: SILVA, R. 2005.

CARVALHO, H. M. **Sementes Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, p. 109, 2003.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Ed. Cortez, p. 91-107, 2004.

Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus). **Momento Ambiental – Quebradeiras de coco.** Pará:2011.<Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SITt-MN7nhE>>

COSTA, Graciete. **O mapa de Goiás de Tosi Colombina e o Mapa das Cortes.** IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica, Faculdade de Letras Universidade do Porto, Portugal, 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/resumos/71.pdf>>

DAVION, V. **Ecofeminismo**. In: *A Companion to Environmental Philosophy*. Part II: *Contemporary Environmental Ethics* - Ed. Dale Jamieson. Malden: Blackwell, 2003, p. 233 – 247. Tradução Pedro Leite Junior. São Paulo: Ed. da UFSCar, 1996.

FAO. **Women in Agriculture, Closing the gender gap for development**. Roma, 2011. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e00.htm>>.

FARIA, N. **Mulheres rurais na economia solidária**. In: *Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2011.

BASTOS, Lazaro Antonio ; FERREIRA, I. M. . **SUBSISTEMA DE VEREDA: estudo sobre as composições fitofisionômicas nas paisagens do Bioma Cerrado no Brasil Central**. In: *Simpósio Internacional sobre saberes tradicionais, biodiversidade, biotecnologia e dinâmicas territoriais - SINBIOTEK, 2010, Goiânia. Anais do Simpósio Internacional sobre saberes tradicionais, biodiversidade, biotecnologia e dinâmicas territoriais - SINBIOTEK, 2010.*

FRANÇA, A.; **LEITURAS E COMPREENSÕES DE CERRADOPELA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO DE RIO BONITO, EM CAVALCANTE, GOIÁS**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Faculdade UnB de Planaltina, p.18, 2014.

GENAUTO, F.; LAVILLE, J. **Economia Solidária – Uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, p.7-8., 2004.

.HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro**. *Revista Nera*. Presidente Prudente, v. 9, n.8, p.1-28, 2006

HORA K., BUTTO, A., **Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania**. In: (Org. Butto et al.) *Mulheres Rurais e Autonomia, formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*, Brasília: MDA, 2014.

IBGE (2014). **Cavalcante - infográficos: dados gerais do município**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=520530> Acessado 11/08/2014.

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Assentamento Rio Bonito - Relatório Final dos Trabalhos de Parcelamento do Assentamento Rio Bonito**

Cavalcante/Goiás. Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno - SR-28(DFE), Brasília, 2006.

JANKOWSKY, M. **Perspectivas a um Manejo Sustentável subsidiado pela ecologia humana: O caso da captura do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, no Município de Cananéia – SP.** São Paulo: UFScar, 2007.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. . A conservação do Cerrado brasileiro. Megadiversidade, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 149, 2005.

LECHAT, N.M.P. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil,** Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002, São Paulo.

LEFF, E.; **Saber Ambiental - Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade do Poder.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MDA. Políticas Públicas para Mulheres na Reforma Agrária, Brasília, 2010. Disponível em:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas-8920942.pdf>.

Ministério do Meio Ambiente; **Agenda 21.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> . Acesso em: 10 de agosto de 2014.

NETO, M. J. F.. Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular). In: Roberto Jarry Richardson. (Org.). Pesquisa-ação: princípios e métodos. 1ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2003, v. 1, p. 183-197.

OFFEN, Karen. **“Gênero: uma invenção americana?”.** Tradução de Lericé Garzoni e revisão técnica da tradução de Charles Monteiro. ArtCultura. Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, vol. 13, n. 23, 2011.

ONU, **Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**, p.22-27, 2010. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2010/MDG_Report_2010_Po.pdf>

United Nations. **Our common future: The World Commission on Environment and Development**. 1987.

WILLIAMS S.; SEED J.; MWAU, A.. **Manual de Formação em Gênero da Oxfam**. Oxfam GB, 1999.

PAULA, J. **Os desafios dos empreendimentos de economia solidária**. In: (org.) Mello, C.; Streit, J.; Rovai, R. Geração de trabalho e renda, gestão democrática e responsabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários. São Paulo: Banco do Brasil, p. 26-28, 2009.

PARREIRAS, J. **Gestão democrática e participação**. In: Geração de trabalho e renda, gestão democrática e responsabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários, org.: Banco do Brasil. p. 23-25 São Paulo, 2009.

PENA, J. **Protagonistas da transformação**. In: **Gestão democrática e participação**. In: Geração de trabalho e renda, gestão democrática e responsabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários, org.: Banco do Brasil. p. 14, São Paulo, 2009.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) e (Women, Environment and Development Organization). **Agenda de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável– 2015**. Ed. Thais Corral. Rio de Janeiro, 2002.

República Federativa do Brasil. **Base conceitual do artesanato brasileiro**. Brasília, 2012. Disponível em<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Inventários da Biodiversidade do Bioma Cerrado: Biogeografia de Plantas**. Rio de Janeiro. 2007.

RODRIGUES, L.; SARAIVA, R.; NOGUEIRA, M. **Saberes e fazeres tradicionais do Cerrado: a experiência de Dona Flor**. Decanato de Extensão – Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

RUA, M. das G. e ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2010.

SILIPRANDI E.; CINTRÃO, C.. **As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) As mulheres agricultoras e sua participação no PAA**. In: Butto, A.; Dantas, I. Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural, MDA, Brasília, p. 153, 2011

SILIPRANDI, E. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável , v.1. Porto Alegre, 2000.

SILVA, C. **Chapada dos Veadeiros: Uma utopia em construção ou um novo discurso para velhas práticas?**. In: DUARTE, L (org). Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, p. 191 – 221, 1998.

SINGER , Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal**. IPEA, 2004.

SINGER, Paul. **Cooperativismo e sindicatos no Brasil**. In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, p. 23-28, 1999.

SINGER, Paul. **Economia Solidária e Socialismo**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Ed. Alínea, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação PerseuÁbramo, 2002.

Thiollent M. **Metodologia da pesquisa ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n.3 , 2005, p. 443-466. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira.

CAMPELO DE VASCONCELOS, C. A. T. **A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial**. In: (org) ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas – SP: Ed. Alínea, p. 261 – 288, 2007.

VASCONCELOS, W; FRANÇA, A.A **organização socioproductiva para o incentivo de práticas de conservação do Cerrado: relato de uma experiência com a comunidade do Assentamento Rio Bonito, em Cavalcante – GO**. Iº SEMINÁRIO INTERNACIONAL INOVAÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO, Brasília, 2013.

VERDEJO, M.; **Diagnóstico Rural Participativo - Um guia prático**. Secretaria da Agricultura Familiar – MDA, Brasília, 2006, p. 6 – 51.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

RESENDE, M.L.F.; GUIMARÃES, L.L. **Inventários da biodiversidade do bioma Cerrado: Biogeografia de Plantas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 151p. **2004**.

SARAIVA, R.; NOGUEIRA, M.; CRUZ, T.. **Saberes e Fazeres Tradicionais do Cerrado: sabão de tingui (Magonia pubescens)**. Brasília, DF: DEcanato de Extensão (DEX), Universidade de Brasília (UnB), 2012 (Cartilha).

ANEXOS



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira, 2012.
Vista panorâmica do lugar.



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira, 2013. Aldeí e a formação rochosa de sua parcela



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira. Seminário geral – Elaboração de mapa de DRP, 2011.



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira. Oficina de artesanato, 2012.



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira.
Participação na reunião da ASPASO, 2012.



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira.
Participação do Rio Bonito na Feira de Sementes e Mudanças de Alto Paraíso, 2013.



Fonte: Angela Velasco França. Oficina com a Fatinha.



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira. Flávia com um cacho de indaiá .



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira. Teia do Cerrado.



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira. Encontro com a Dona Flor



Fote: Angela Velasco França. Oficina com Léo Stinghen, 2012.



Fonte: Winie Vasconcelos Siqueira. Encontro com a Dona Flor 2.



Autorização

Eu autorizo a utilização dos relatos gravados, fotos e vídeos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Rio Bonito, Cavalcante/GO, de setembro de 2013

ADÃO RIVE

Francisco da Conceição
Marta Clara de Jesus Pereira
Marta de Fátima de Araújo
Elaine Cristina de Lima
Marta dos Santos
Contador de Conselho Municipal
José Rodrigues Pereira
Marta Francisca Pereira
Marta Gonçalves dos Santos
José Adilson Lopes
Epitácio dos Aires
Eva Pereira da Fogaça
Márcia M. de Fogaça
Benedita Gonçalves dos Santos
Luisa Gonçalves dos Santos
Elisângela de Fátima
Cezarina P. Lopes

Termo de autorização para utilização de relatos e fotos, 2013